



**TRIBUNAL
DE CONTAS
DE SANTA
CATARINA**

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS - DMU

Rua Bulcão Viana, 90, Centro – Florianópolis – Santa Catarina

Fone: (48) 3221 - 3764 Fax: (48) 3221-3730

Home-page: www.tce.sc.gov.br

RELATÓRIO PARA EMISSÃO DO PARECER PRÉVIO

CONTAS/2009

Governador Celso Ramos

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 4 |
| ANÁLISE | 5 |
| A.1 - Planejamento | 5 |
| A.1.1 - Tramitação das Leis Orçamentárias..... | 6 |
| A.1.1.1 - Plano Plurianual - PPA..... | 6 |
| A.1.1.2 - Diretrizes Orçamentárias - LDO | 6 |
| A.1.1.3 - Orçamento Anual (Fiscal e Seguridade Social) - LOA | 6 |
| A.1.2 - Realização de Audiências Públicas..... | 6 |
| A.1.3 - Orçamento Anual | 7 |
| A.2 - Execução Orçamentária | 9 |
| A.2.1 - Apuração do Resultado Orçamentário | 9 |
| A.2.2 – Receita | 12 |
| A.2.3 - Despesas | 17 |
| A.3 - Análise Financeira | 21 |
| A.3.1 - Movimentação Financeira | 21 |
| A.4 - Análise Patrimonial | 23 |
| A.4.1 - Situação Patrimonial | 23 |
| A.4.2 - Variação do Patrimônio Financeiro | 24 |
| A.4.3 - Variação Patrimonial | 25 |
| A.4.4 - Demonstração da Dívida Pública | 27 |
| A.4.5 - Comportamento da Dívida Ativa..... | 29 |
| A.5 - Verificação do Cumprimento de Limites Constitucionais/Legais..... | 29 |
| A.5.1 - Aplicação de Recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino..... | 30 |

| | |
|--|----|
| A.5.2 - Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (artigo 198 da Constituição Federal c/c artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT)..... | 35 |
| A.5.3 - Despesas com pessoal (artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000)..... | 36 |
| A.5.4 - Verificação dos Limites Legais do Poder Legislativo..... | 39 |
| A.6 - Da Gestão Fiscal do Poder Executivo | 41 |
| A.6.1 - Metas realizadas em relação às previstas | 42 |
| A.6.2 - Metas Bimestrais de Arrecadação - art. 4º, § 1º e art. 8º c/c arts. 9º e 13º da L.C. nº 101/2000..... | 42 |
| A.7 - Do Controle Interno..... | 43 |
| A.8 - Outras Restrições | 45 |
| A.8.1 – Alterações Orçamentárias..... | 45 |
| CONCLUSÃO..... | 51 |



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE CONTROLE DOS MUNICÍPIOS - DMU

| | |
|---------------------|--|
| PROCESSO | PCP-10/00066638 |
| UNIDADE | Município de Governador Celso Ramos |
| RESPONSÁVEL | Sr. Anísio Anatólio Soares - Prefeito Municipal |
| ASSUNTO | Prestação de Contas do Prefeito referente ao ano de 2009 |
| RELATÓRIO N° | 2.511/2010 |

INTRODUÇÃO

O **Município de Governador Celso Ramos** está sujeito ao regime de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial deste Tribunal de Contas, nos termos da Constituição Federal, art. 31; da Constituição Estadual, art. 113; da Lei Complementar Estadual nº 202, de 15/12/2000, arts. 50 a 54; da Resolução nº TC 06/2001, 13/12/2001 (RITC), arts. 82 a 94; e da Resolução nº TC 16/94, de 21/12/1994, arts. 20 a 26.

Em atendimento às disposições dos arts. 20 a 26 da citada Resolução nº TC 16/94 e art. 22 da Instrução Normativa TC nº 02/2001, bem como, a Instrução Normativa nº 04/2004, art. 3º, I, a Prefeitura encaminhou, por meio documental, o Balanço Anual do exercício financeiro de 2009 - autuado como Balanço Consolidado do Município (Processo nº **PCP-10/00066638**) e o Balanço da Prefeitura Municipal, referente a Prestação de Contas do Prefeito, protocolizado sob o nº 4.227/2010, de 02/03/2010, bem como bimestralmente, por meio eletrônico, as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária.

A análise das contas em questão procedeu-se através de exame de consistência dos documentos e informações acima mencionados, bem como, verificação dos aspectos constitucionais e legais que norteiam a Administração Pública Municipal, com abrangência e particularidades próprias da metodologia aplicada. Considerando o resultado da análise do processo em causa, tem-se a evidenciar o que segue:

ANÁLISE

A.1 - Planejamento

Para equalizar as demandas da coletividade com as possibilidades da Administração Pública, o planejamento é um instrumento essencial para eficiência e efetividade na aplicação dos recursos públicos municipais, visando a intervenção governamental bem sucedida na sociedade e na economia.

Neste sentido, a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelecem 3 (três) instrumentos para operacionalização do planejamento, que deve ser dinâmico e participativo, adaptando-se ao interesse público no momento de sua execução orçamentária e financeira:

- Plano Plurianual (art. 165, § 1º, da CF/88) - PPA: estabelece diretrizes, objetivos e metas, de forma abrangente e concentrando-se nos programas de duração continuada, com o objetivo de nortear a aplicação dos recursos públicos, constituindo-se em um planejamento para 4 (quatro) anos, a ser elaborado no 1º ano do mandato para execução até o 1º ano do mandato subsequente;

- Lei de Diretrizes Orçamentárias (art. 165, § 2º, CF/88) - LDO: estabelece a ligação entre o PPA e o orçamento (LOA), viabilizando a implementação dos programas planejados de acordo com as possibilidades da Administração para cada exercício, com a orientação do orçamento através da definição de prioridades e metas.

- Lei Orçamentária Anual (art. 165, § 5º, da CF/88) - LOA: objetivando a gestão anual dos recursos públicos pela Administração, o orçamento destina-se à estimação das receitas (origens) e fixação das despesas (aplicação), para execução do planejamento durante o exercício, respeitando o estabelecido pelo PPA e LDO.

A.1.1 - Tramitação das Leis Orçamentárias

A.1.1.1 - Plano Plurianual - PPA

O Projeto do Plano Plurianual do Município, para os exercícios financeiros de 2006/2009, foi encaminhado para apreciação do Poder Legislativo em 29/07/2005. O Poder Legislativo, por sua vez, devolveu o Projeto para sanção do Poder Executivo em 27/09/2005, resultando na Lei nº 464/2005, de 20/10/2005, restando **CUMPRIDO** o disposto no art. 35, § 2º, inciso I, do ADCT.

A.1.1.2 - Diretrizes Orçamentárias - LDO

O Projeto das Diretrizes Orçamentárias do Município, para o exercício em exame, foi encaminhado para apreciação do Poder Legislativo em 29/09/2008. O Poder Legislativo, por sua vez, devolveu o Projeto para sanção do Poder Executivo em 27/10/2008, resultando na Lei nº 615/2008, de 05/12/2008, restando **NÃO CUMPRIDO** o disposto no art. 35, § 2º, inciso II, do ADCT.

A.1.1.3 - Orçamento Anual (Fiscal e Seguridade Social) - LOA

O Projeto do Orçamento Anual (Fiscal e Seguridade Social) do Município, para o exercício em exame, foi encaminhado ao Poder Legislativo para apreciação em 15/11/2008. O Poder Legislativo, por sua vez, devolveu o mesmo ao Poder Executivo para sanção em 02/12/2008, resultando na Lei nº 617/08, de 05/12/2008, restando **NÃO CUMPRIDO** o disposto no art. 35, § 2º, inciso III, do ADCT.

A Lei Orçamentária Anual, para o orçamento fiscal, estimou a receita em R\$ 29.327.505,00 e fixou a despesa em R\$ 29.327.505,00.

A.1.2 - Realização de Audiências Públicas

A.1.2.1 - Plano Plurianual - PPA

O parágrafo único do art. 48, da Lei Complementar Federal nº 101/00 prescreve que a Administração Municipal deverá realizar audiências públicas para elaboração e discussão do Projeto do Plano Plurianual.

Assim, tendo como local de divulgação o Mural Público, a audiência foi realizada no dia 16/09/2005, nas dependências do Auditório da Câmara Municipal, **EM CUMPRIMENTO** ao disposto no ordenamento acima.

A.1.2.2 - Diretrizes Orçamentárias - LDO

O parágrafo único do art. 48, da Lei Complementar Federal nº 101/00 prescreve que a Administração Municipal deverá realizar audiências públicas para elaboração e discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Contudo, as audiências deixaram de ser realizadas **EM DESCUMPRIMENTO** ao disposto no ordenamento acima.

Desta forma, configura-se a seguinte restrição:

A.1.2.2.1 – Ausência de Audiência Pública para elaboração e discussão do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias, em desacordo ao parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000.

A.1.2.3 - Orçamento Anual - (Fiscal e Seguridade Social) - LOA

O parágrafo único do art. 48, da Lei Complementar Federal nº 101/00 prescreve que a Administração Municipal deverá realizar audiências públicas para elaboração e discussão do Projeto da Lei Orçamentária Anual.

Contudo, as audiências deixaram de ser realizadas **EM DESCUMPRIMENTO** ao disposto no ordenamento acima.

Desta forma, configura-se a seguinte restrição:

A.1.2.3.1 – Ausência de Audiência Pública para elaboração e discussão do Projeto da Lei Orçamentária Anual, em desacordo ao parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000.

A.1.3 - Orçamento Anual

O Orçamento Anual do Município, aprovado pela Lei nº 617/08, de 05/12/2008, estimou a receita e fixou a despesa em R\$ 29.327.505,00, para o exercício em exame. A dotação 'Reserva de Contingência' foi orçada em **R\$ 15.000,00**, que corresponde a **0,05%** do orçamento.

A.1.3.1 - Créditos Orçamentários e Adicionais

Os créditos autorizados - compostos pelos créditos orçamentários (previstos inicialmente na Lei Orçamentária) e os créditos adicionais (resultantes das alterações durante o exercício) - podem ser assim demonstrados:

| Descrição | Valor (R\$) |
|----------------------------------|----------------------|
| Créditos Orçamentários | 29.327.505,00 |
| Ordinários | 29.312.505,00 |
| Reserva de Contingência | 15.000,00 |
| (+) Créditos Adicionais | 8.447.059,44 |
| Suplementares | 8.444.059,44 |
| Especiais | 3.000,00 |
| (-) Anulações de Créditos | 3.513.253,44 |
| Orçamentários/Suplementares | 3.513.253,44 |
| (=) Créditos Autorizados | 34.261.311,00 |

Obs.: Previsão da receita e Fixação da Despesa incorretas, restrição **A.8.1.2**

Como recursos para abertura de Créditos Adicionais, foram utilizados os seguintes:

| Recursos para abertura de créditos adicionais | Valor (R\$) | % |
|---|---------------------|---------------|
| Recursos de Excesso de Arrecadação | 5.432.806,00 | 59,77 |
| Recursos de Anulação de Créditos Ordinários | 3.513.253,44 | 38,65 |
| Superávit Financeiro | 143.000,00 | 1,57 |
| T O T A L | 9.089.059,44 | 100,00 |

Obs: A divergência de R\$ 642.000,00 entre os créditos adicionais e o total dos recursos para abertura de créditos está apontada no item **A.8.1.1**, deste Relatório.

Os créditos adicionais¹ abertos no exercício examinado atingiram o montante de **R\$ 8.447.059,44**, equivalendo a **28,80%** do total orçado. Daqueles créditos, os suplementares representam **99,96%** e os especiais **0,04%**.

As anulações de dotações efetuadas foram da ordem de **R\$ 3.513.253,44**, equivalendo a **11,98%** das dotações iniciais do orçamento.

¹ Os créditos adicionais podem ser suplementares (reforço de dotação orçamentária), especiais (despesas não previstas no orçamento inicial) e extraordinários (despesas urgentes e imprevisíveis, na forma da CF e legislação pertinente).

A.2 - Execução Orçamentária

A.2.1 - Apuração do Resultado Orçamentário

A execução orçamentária do Município pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

| | Previsão/Autorização | Execução | Diferenças |
|---|----------------------|---------------------|--------------|
| RECEITA | 29.327.505,00 | 25.562.194,04 | 3.765.310,96 |
| DESPESA | 34.261.311,00 | 26.762.242,97 | 7.499.068,03 |
| Déficit de Execução Orçamentária | | 1.200.048,93 | |

Considerando o Orçamento Centralizado (Prefeitura Municipal) e o conjunto do orçamento das demais Unidades tem-se a seguinte execução orçamentária:

| RECEITAS | EXECUÇÃO |
|---------------------------|-----------------------|
| Da Prefeitura | 19.632.836,08 |
| Das Demais Unidades | 5.929.357,96 |
| TOTAL DAS RECEITAS | 25.562.194,04 |
| DESPESAS | |
| Da Prefeitura | 20.242.551,99 |
| Das Demais Unidades | 6.519.690,98 |
| TOTAL DAS DESPESAS | 26.762.242,97 |
| DÉFICIT | (1.200.048,93) |

Obs.: Na apuração da Receita tanto da Prefeitura como das Demais Unidades foram consideradas as Transferências Financeiras Concedidas e Recebidas, conforme dados do Balanço Orçamentário - Anexo 12 da Lei nº 4.320/64 da Unidade Prefeitura Municipal.

Ajuste do resultado consolidado de execução orçamentária

Na apuração do resultado da execução orçamentária do exercício em análise serão desconsideradas as despesas liquidadas, empenhadas e canceladas e/ou sequer empenhadas, inclusive as despesas com pessoal no valor de **R\$ 29.721,89**, as quais foram incluídas no resultado orçamentário do exercício anterior:

| RECEITAS | EXECUÇÃO |
|--|-----------------------|
| Da Prefeitura | 19.632.836,08 |
| Das Demais Unidades | 5.929.357,96 |
| TOTAL DAS RECEITAS | 25.562.194,04 |
| DESPESAS | |
| Da Prefeitura | 20.242.551,99 |
| (-) Da Prefeitura: Despesas liquidadas, empenhadas e canceladas e/ou e não empenhadas, inclusive despesas com pessoal (ajuste no exercício anterior) | 27.722,15 |
| Das Demais Unidades | 6.519.690,98 |
| (-) Das Demais Unidades: Despesas liquidadas, empenhadas e canceladas e/ou e não empenhadas, inclusive despesas com pessoal (ajuste no exercício anterior) | 1.999,74 |
| TOTAL DAS DESPESAS | 26.732.521,08 |
| | |
| DÉFICIT | (1.170.327,04) |

Resultado Consolidado Ajustado

O resultado orçamentário consolidado **ajustado** apresentou um **Déficit** de execução orçamentária de **R\$ 1.170.327,04** representando **4,58%** da receita arrecadada do Município no exercício em exame, o que equivale a **0,55** da arrecadação mensal - média mensal do exercício.

Salienta-se que o resultado consolidado **Déficit** de **R\$ 1.170.327,04** é composto pelo resultado do Orçamento Centralizado - Prefeitura Municipal **Déficit** de **R\$ 581.993,76** e do conjunto do Orçamento das Demais Unidades Municipais **Déficit** de **R\$ 588.333,28**.

A.2.a) Déficit de execução orçamentária do Município (Consolidado) ajustado na ordem de R\$ 1.170.327,04, representando 4,58% da receita arrecadada do Município no exercício em exame, o que equivale a 0,55 arrecadação mensal – média mensal do exercício, em desacordo com o artigo 48, “b” da Lei Federal nº 4.320/64 e artigo 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF.

Impacto do Resultado da Execução Orçamentária da Prefeitura no Orçamento Consolidado

O Orçamento Centralizado (Prefeitura Municipal) teve como resultado o **Déficit** de execução orçamentária de **R\$ 581.993,76**, face ao confronto da Receita Arrecadada de **R\$ 19.632.836,08** (ajustada pela dedução das transferências financeiras líquidas realizadas de **R\$ 3.431.049,93**), e a Despesa Realizada **R\$ 20.214.829,84**.

O **Déficit** de execução orçamentária em questão corresponde a **2,28%** da Receita Arrecadada do Município e **2,96%** da Receita Arrecadada da Prefeitura Municipal.

Dessa forma, conclui-se que o Resultado da Execução Orçamentária da Prefeitura **R\$ 581.993,76**, interferiu **Negativamente** no Resultado Ajustado da Execução Orçamentária do Município, evidenciando a seguinte restrição:

A.2.b) Déficit de execução orçamentária da Unidade Prefeitura (orçamento centralizado) da ordem de R\$ 581.993,76, representando 2,28% da sua receita arrecadada no exercício em exame, o que equivale a 0,36 arrecadação mensal - média mensal do exercício, em desacordo ao artigo 48, “b” da Lei nº 4.320/64 e artigo 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF.

A Prefeitura juntamente com as demais unidades gestoras municipais contribuíram para o orçamento do Município apresentar-se deficitário

| UNIDADES | RESULTADO | VALORES R\$ |
|------------------------|------------------|---------------------|
| PREFEITURA | DÉFICIT | 581.993,76 |
| DEMAIS UNIDADES | DÉFICIT | 588.333,28 |
| TOTAL | DÉFICIT | 1.170.327,04 |

O resultado do orçamento consolidado, **Déficit** de **R\$ 1.170.327,04** deu-se em razão do resultado **negativo** do orçamento centralizado (Prefeitura Municipal), **Déficit** de **R\$ 581.993,76**, sendo **aumentado** face ao desempenho **negativo** em conjunto das demais unidades gestoras municipais, **Déficit** de **R\$ 588.333,28**.

A.2.2 – Receita

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente às suas despesas.

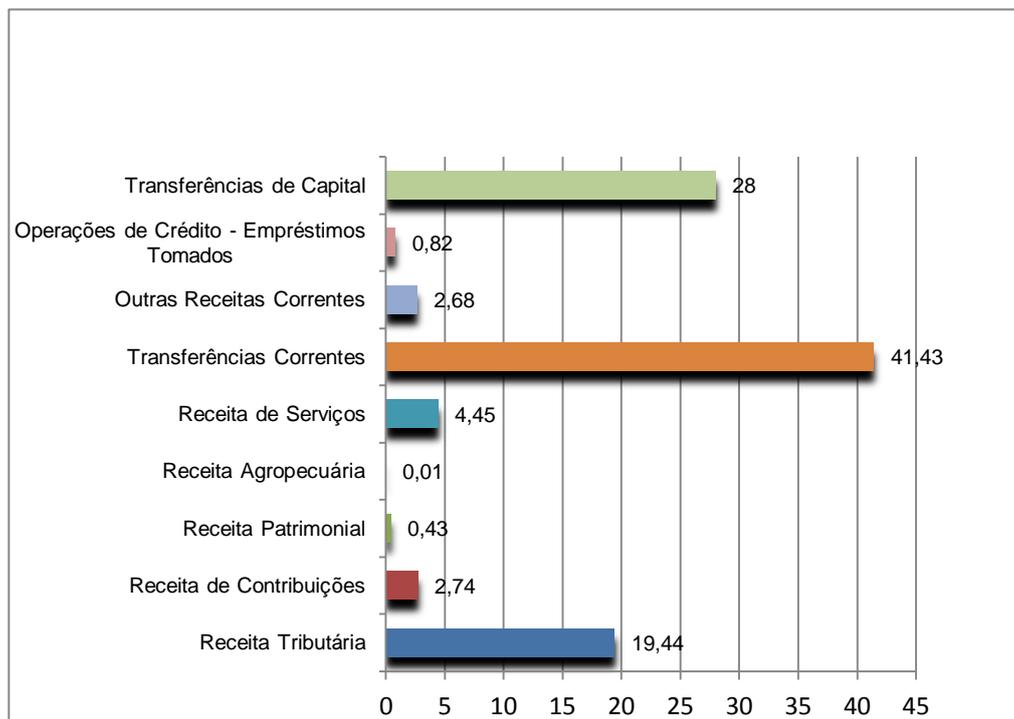
A receita arrecadada do exercício em exame atingiu o montante de **R\$ 25.562.194,04** equivalendo a **87,16%** da receita orçada.

A.2.2.1 - Receita por Origem

As receitas por origem e a participação absoluta e relativa de cada uma delas no montante da receita arrecadada, são assim demonstradas:

| RECEITA POR ORIGEM | 2007 | | 2008 | | 2009 | |
|--|----------------------|---------------|----------------------|---------------|----------------------|---------------|
| | Valor (R\$) | % | Valor (R\$) | % | Valor (R\$) | % |
| Receita Tributária | 3.408.478,63 | 20,72 | 4.306.682,47 | 20,38 | 4.969.342,40 | 19,44 |
| Receita de Contribuições | 737.859,66 | 4,49 | 839.772,48 | 3,97 | 700.146,12 | 2,74 |
| Receita Patrimonial | 105.170,39 | 0,64 | 140.931,61 | 0,67 | 110.546,43 | 0,43 |
| Receita Agropecuária | 3.803,00 | 0,02 | 1.495,00 | 0,01 | 1.728,00 | 0,01 |
| Receita de Serviços | 978.326,38 | 5,95 | 1.001.993,28 | 4,74 | 1.137.937,64 | 4,45 |
| Transferências Correntes | 7.738.287,85 | 47,04 | 9.843.778,01 | 46,58 | 10.591.062,50 | 41,43 |
| Outras Receitas Correntes | 405.402,17 | 2,46 | 2.161.092,94 | 10,23 | 685.822,11 | 2,68 |
| Operações de Crédito - Empréstimos Tomados | 0,00 | 0,00 | 524.073,76 | 2,48 | 209.096,70 | 0,82 |
| Alienação de Bens | 5.500,00 | 0,03 | 18.800,00 | 0,09 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências de Capital | 3.068.307,61 | 18,65 | 2.293.425,78 | 10,85 | 7.156.307,87 | 28,00 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 204,27 | 0,00 |
| TOTAL DA RECEITA ARRECADADA | 16.451.135,69 | 100,00 | 21.132.045,33 | 100,00 | 25.562.194,04 | 100,00 |

Participação Relativa da Receita por Origem na Receita Arrecadada - 2009



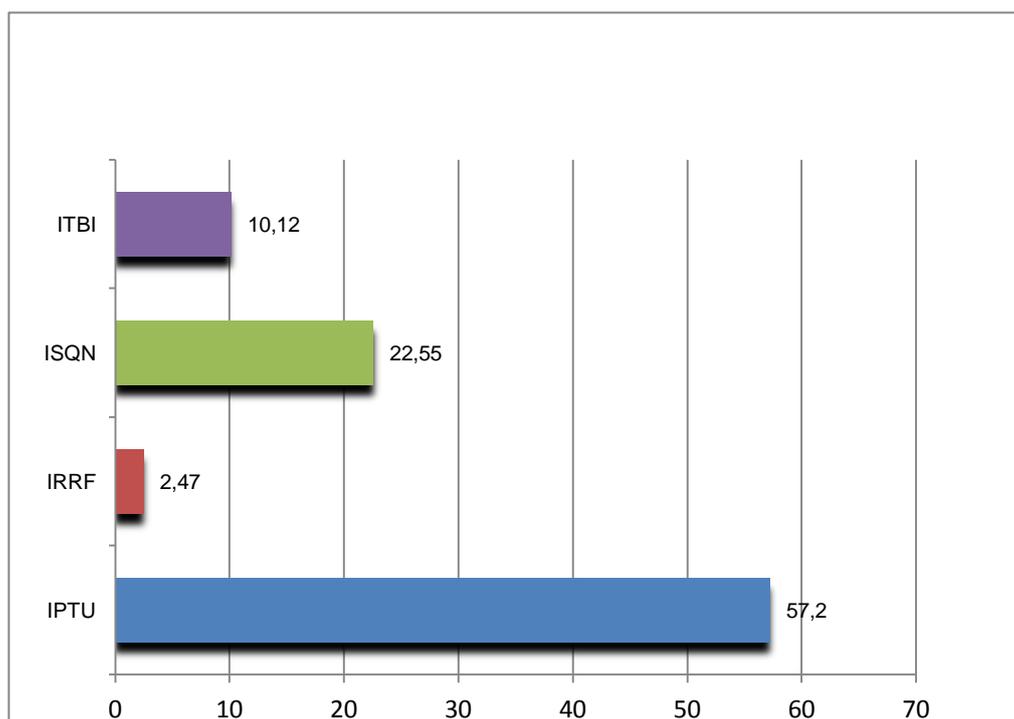
A.2.2.2 - Receita Tributária

A receita tributária compreende os ingressos financeiros oriundos dos tributos de competência do próprio município.

Quadro Demonstrativo da Receita Tributária

| RECEITA TRIBUTÁRIA | 2007 | | 2008 | | 2009 | |
|------------------------------------|---------------------|---------------|---------------------|---------------|---------------------|---------------|
| | Valor (R\$) | % | Valor (R\$) | % | Valor (R\$) | % |
| Receita de Impostos | 3.114.910,79 | 91,39 | 3.990.285,31 | 92,65 | 4.589.042,71 | 92,35 |
| IPTU | 1.664.164,07 | 48,82 | 2.330.184,06 | 54,11 | 2.842.569,81 | 57,20 |
| IRRF | 83.405,60 | 2,45 | 153.677,04 | 3,57 | 122.687,18 | 2,47 |
| ISQN | 580.174,10 | 17,02 | 947.329,84 | 22,00 | 1.120.807,47 | 22,55 |
| ITBI | 787.167,02 | 23,09 | 559.094,37 | 12,98 | 502.978,25 | 10,12 |
| Taxas | 293.567,84 | 8,61 | 316.397,16 | 7,35 | 380.299,69 | 7,65 |
| TOTAL DA RECEITA TRIBUTÁRIA | 3.408.478,63 | 100,00 | 4.306.682,47 | 100,00 | 4.969.342,40 | 100,00 |

Participação Relativa dos Impostos na Receita Tributária - 2009



A.2.2.3 - Receita de Contribuições

As receitas de contribuições compreendem o somatório das receitas de contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de intervenção nas respectivas áreas.

Quadro Demonstrativo da Receita de Contribuições

| RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES | 2009 | |
|--|----------------------|---------------|
| | Valor (R\$) | % |
| Contribuições Econômicas | 700.146,12 | 2,74 |
| Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP | 700.146,12 | 2,74 |
| Total da Receita de Contribuições | 700.146,12 | 2,74 |
| TOTAL DA RECEITA ARRECADADA | 25.562.194,04 | 100,00 |

A.2.2.4 - Receita de Transferências

A receita de transferências é constituída pelos recursos financeiros recebidos de outras Pessoas de Direito Público, basicamente dos governos Federal e Estadual, e de Pessoas de Direito Privado.

Quadro Demonstrativo da Receita de Transferências

| RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS | 2007 | | 2008 | | 2009 | |
|--|---------------------|--------------|---------------------|--------------|----------------------|--------------|
| | Valor (R\$) | % | Valor (R\$) | % | Valor (R\$) | % |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 7.738.287,85 | 47,04 | 9.843.778,01 | 46,58 | 10.591.062,50 | 41,43 |
| Transferências Correntes da União | 4.738.692,11 | 28,80 | 5.674.154,00 | 26,85 | 5.787.801,37 | 22,64 |
| Cota-Parte do FPM | 4.268.474,14 | 25,95 | 5.084.758,57 | 24,06 | 5.363.965,60 | 20,98 |
| (-) Dedução de Receita para formação do FUNDEB - FPM | (703.458,41) | (4,28) | (783.218,48) | (3,71) | (1.057.282,94) | (4,14) |
| Cota do ITR | 2.200,94 | 0,01 | 7.112,67 | 0,03 | 1.885,87 | 0,01 |
| (-) Dedução do Imposto Territorial Rural para formação do FUNDEB – ITR | (135,49) | 0,00 | (663,57) | 0,00 | (377,13) | 0,00 |
| Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração L.C. nº 87/96 | 19.378,15 | 0,12 | 37.595,80 | 0,18 | 33.249,11 | 0,13 |
| (-) Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - ICMS Desoneração - L.C. N.º 87/96 | 0,00 | 0,00 | (2.335,38) | (0,01) | (6.012,52) | (0,02) |
| Transferências de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais | 41.581,25 | 0,25 | 70.989,22 | 0,34 | 51.964,71 | 0,20 |
| Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo (União) | 816.593,14 | 4,96 | 919.171,58 | 4,35 | 1.030.110,65 | 4,03 |
| Transferência de Recursos do FNAS | 90.034,04 | 0,55 | 42.600,76 | 0,20 | 76.931,22 | 0,30 |
| Transferências de Recursos do FNDE | 182.078,81 | 1,11 | 272.284,62 | 1,29 | 293.366,80 | 1,15 |
| Outras Transferências da União | 21.945,54 | 0,13 | 25.858,21 | 0,12 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências Correntes do Estado | 1.587.802,08 | 9,65 | 1.933.668,52 | 9,15 | 1.923.961,49 | 7,53 |
| Cota-Parte do ICMS | 1.321.374,67 | 8,03 | 1.665.550,21 | 7,88 | 1.754.746,32 | 6,86 |
| (-) Dedução de Receita para formação do FUNDEB - ICMS | (220.330,32) | (1,34) | (303.586,15) | (1,44) | (348.992,94) | (1,37) |
| Cota-Parte do IPVA | 408.982,92 | 2,49 | 480.760,86 | 2,28 | 583.999,87 | 2,28 |
| (-) Dedução do IPVA para formação do FUNDEB - IPVA | (27.459,97) | (0,17) | (63.636,94) | (0,30) | (116.742,44) | (0,46) |

| | | | | | | |
|---|----------------------|---------------|----------------------|---------------|----------------------|---------------|
| Cota-Parte do IPI sobre Exportação | 45.747,39 | 0,28 | 278.840,98 | 1,32 | 37.080,20 | 0,15 |
| (-) Dedução de Receita para formação do FUNDEB - IPI s/ Exportação | (7.169,73) | (0,04) | (157.857,32) | (0,75) | (6.180,03) | (0,02) |
| Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE | 40.462,26 | 0,25 | 33.596,88 | 0,16 | 20.050,51 | 0,08 |
| Transferências de Recursos do Estado para Programa de Saúde - Repasse Fundo a Fundo | 26.194,86 | 0,16 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências Multigovernamentais | 1.217.607,23 | 7,40 | 1.874.286,45 | 8,87 | 2.509.413,26 | 9,82 |
| Transferências de Recursos do FUNDEB | 1.217.607,23 | 7,40 | 1.874.286,45 | 8,87 | 2.509.413,26 | 9,82 |
| Transferências de Instituições Privadas | 514,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências de Convênios | 193.672,43 | 1,18 | 361.669,04 | 1,71 | 369.886,38 | 1,45 |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 3.068.307,61 | 18,65 | 2.293.425,78 | 10,85 | 7.156.307,87 | 28,00 |
| TOTAL DAS RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS | 10.806.595,46 | 65,69 | 12.137.203,79 | 57,44 | 17.747.370,37 | 69,43 |
| TOTAL DA RECEITA ARRECADADA | 16.451.135,69 | 100,00 | 21.132.045,33 | 100,00 | 25.562.194,04 | 100,00 |

A.2.2.5 - Receita de Dívida Ativa

A dívida ativa origina-se dos créditos da fazenda pública lançados e não arrecadados até a data de seus vencimentos. A arrecadação a título de dívida ativa, no exercício em exame, foi da ordem de **R\$ 430.463,45**, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Quadro Demonstrativo da Receita de Dívida Ativa

| DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE DÍVIDA ATIVA | 2007 | | 2008 | | 2009 | |
|--|-------------------|---------------|-------------------|---------------|-------------------|---------------|
| | Valor (R\$) | % | Valor (R\$) | % | Valor (R\$) | % |
| Receita da Dívida Ativa Tributária | 268.904,31 | 89,95 | 611.478,62 | 91,38 | 391.115,89 | 90,86 |
| Receita da Dívida Ativa Não Tributária | 30.053,64 | 10,05 | 57.671,76 | 8,62 | 39.347,56 | 9,14 |
| TOTAL DA RECEITA DA DÍVIDA ATIVA | 298.957,95 | 100,00 | 669.150,38 | 100,00 | 430.463,45 | 100,00 |

A.2.2.6 - Receita de Operações de Crédito

Operações de crédito compreendem obrigações decorrentes de financiamentos ou empréstimos financeiros, cuja realização depende de autorização legislativa. Seu ingresso foi da ordem de **R\$ 209.096,70**, correspondendo a **0,82%** dos ingressos auferidos.

A.2.3 - Despesas

A despesa orçamentária é aquela realizada pela administração pública para a manutenção e o funcionamento dos serviços públicos, bem como, para a produção, aquisição ou constituição de bens que integrarão o patrimônio público ou para uso da comunidade, devidamente autorizada por lei.

A despesa realizada no exercício em exame do Município atingiu o montante de **R\$ 26.762.242,97** equivalendo a **78,11%** da despesa autorizada.

Desconsiderando o valor de **R\$ 29.721,89** referente às despesas empenhadas e canceladas e/ou e não empenhadas, inclusive despesas com pessoal do exercício anterior, o total das despesas realizadas no exercício em análise passa a ser de **R\$ 26.732.521,08**.

A.2.3.1 - Despesas Empenhadas por Função de Governo

As despesas por função de governo e as participações absoluta e relativa, de cada uma delas no montante da despesa empenhada, são assim demonstradas:

| DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO | 2007 | | 2008 | | 2009 | |
|-------------------------------|--------------|-------|--------------|-------|--------------|-------|
| | Valor (R\$) | % | Valor (R\$) | % | Valor (R\$) | % |
| 01-Legislativa | 430.635,92 | 2,69 | 587.092,78 | 2,70 | 775.552,22 | 2,90 |
| 02-Judiciária | 15.097,34 | 0,09 | 0,00 | 0,00 | 36.010,01 | 0,13 |
| 04-Administração | 2.675.660,04 | 16,72 | 4.185.772,39 | 19,29 | 4.311.958,57 | 16,11 |
| 06-Segurança Pública | 16.034,50 | 0,10 | 21.053,20 | 0,10 | 29.115,11 | 0,11 |
| 08-Assistência Social | 352.669,43 | 2,20 | 356.797,64 | 1,64 | 233.714,16 | 0,87 |
| 10-Saúde | 3.343.959,82 | 20,90 | 4.524.829,15 | 20,85 | 4.643.226,10 | 17,35 |
| 12-Educação | 3.050.129,20 | 19,07 | 4.371.972,67 | 20,14 | 4.742.584,37 | 17,72 |
| 13-Cultura | 98.379,00 | 0,61 | 66.147,59 | 0,30 | 81.917,94 | 0,31 |
| 15-Urbanismo | 3.394.793,14 | 21,22 | 4.150.292,12 | 19,12 | 8.535.165,77 | 31,89 |

| | | | | | | |
|-----------------------------------|----------------------|---------------|----------------------|---------------|----------------------|---------------|
| 17-Saneamento | 1.106.744,03 | 6,92 | 1.169.716,51 | 5,39 | 1.236.572,10 | 4,62 |
| 20-Agricultura | 81.881,89 | 0,51 | 116.188,36 | 0,54 | 63.142,58 | 0,24 |
| 23-Comércio e Serviços | 63.803,43 | 0,40 | 75.901,19 | 0,35 | 78.537,52 | 0,29 |
| 25-Energia | 172.417,11 | 1,08 | 470.548,76 | 2,17 | 246.961,05 | 0,92 |
| 26-Transporte | 841.306,04 | 5,26 | 1.081.952,36 | 4,99 | 726.316,93 | 2,71 |
| 27-Desporto e Lazer | 55.896,39 | 0,35 | 84.324,41 | 0,39 | 60.503,00 | 0,23 |
| 28-Encargos Especiais | 298.777,40 | 1,87 | 441.556,20 | 2,03 | 960.965,54 | 3,59 |
| TOTAL DA DESPESA REALIZADA | 15.998.184,68 | 100,00 | 21.704.145,33 | 100,00 | 26.762.242,97 | 100,00 |

Desconsiderando o valor de **R\$ 29.721,89** referente às despesas empenhadas e canceladas e/ou e não empenhadas, inclusive despesas com pessoal do exercício anterior, o total das despesas realizadas no exercício em análise passa a ser de **R\$ 26.732.521,08**.

A.2.3.2 - Demonstrativo das Despesas Empenhadas por Elemento segundo os Grupos de Natureza de Despesa

As despesas empenhadas² por elementos são assim demonstradas:

| DESPESA POR ELEMENTOS | 2007 | | 2008 | | 2009 | |
|---|----------------------|--------------|----------------------|--------------|----------------------|--------------|
| | Valor (R\$) | % | Valor (R\$) | % | Valor (R\$) | % |
| DESPESAS CORRENTES | 12.020.349,62 | 75,14 | 15.536.394,76 | 71,58 | 17.636.160,06 | 65,90 |
| Pessoal e Encargos | 6.565.307,51 | 41,04 | 9.050.450,93 | 41,70 | 10.792.161,92 | 40,33 |
| Aposentadorias e Reformas | 15.248,48 | 0,10 | 38.013,30 | 0,18 | 70.573,02 | 0,26 |
| Contratação por Tempo Determinado | 992.917,58 | 6,21 | 1.517.702,79 | 6,99 | 1.408.380,87 | 5,26 |
| Salário-Família | 54.737,77 | 0,34 | 29.774,64 | 0,14 | 0,00 | 0,00 |
| Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | 3.486.153,43 | 21,79 | 4.937.058,03 | 22,75 | 5.742.605,51 | 21,46 |
| Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 132.797,74 | 0,50 |
| Obrigações Patronais | 979.861,84 | 6,12 | 1.236.515,34 | 5,70 | 1.651.416,51 | 6,17 |

² Atendendo exclusivamente às definições dispostas na Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 04/05/01, e alterações (disponível no site da Secretaria do Tesouro Nacional - STN: www.tesouro.fazenda.gov.br).

| | | | | | | |
|--|---------------------|--------------|---------------------|--------------|---------------------|--------------|
| Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil | 397.326,84 | 2,48 | 660.871,58 | 3,04 | 857.643,12 | 3,20 |
| Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização | 518.027,95 | 3,24 | 630.515,25 | 2,91 | 722.680,54 | 2,70 |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 2.586,73 | 0,01 |
| Indenizações Restituições Trabalhistas | 121.033,62 | 0,76 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesa com Pessoal e Encargos não classificadas de acordo com a codificação da Portaria 163 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 203.477,88 | 0,76 |
| Juros e Encargos da Dívida | 34.563,88 | 0,22 | 106.031,60 | 0,49 | 245.396,37 | 0,92 |
| Juros sobre a Dívida por Contrato | 34.563,88 | 0,22 | 92.621,06 | 0,43 | 92.269,81 | 0,34 |
| Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato | 0,00 | 0,00 | 13.410,54 | 0,06 | 153.126,56 | 0,57 |
| Outras Despesas Correntes | 5.420.478,23 | 33,88 | 6.379.912,23 | 29,39 | 6.598.601,77 | 24,66 |
| Contratação por Tempo Determinado | 0,00 | 0,00 | 9.695,50 | 0,04 | 14.131,30 | 0,05 |
| Outros Benefícios Previdenciários | 0,00 | 0,00 | 42,20 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outros Benefícios Assistenciais | 54.740,84 | 0,34 | 29.939,72 | 0,14 | 158.438,68 | 0,59 |
| Outros Benefícios de Natureza Social | 0,00 | 0,00 | 19.430,99 | 0,09 | 31.736,44 | 0,12 |
| Diárias - Civil | 134.027,26 | 0,84 | 163.233,92 | 0,75 | 193.504,90 | 0,72 |
| Auxílio Financeiro a Estudantes | 49.661,25 | 0,31 | 125.987,50 | 0,58 | 76.558,62 | 0,29 |
| Material de Consumo | 2.257.793,47 | 14,11 | 2.429.343,05 | 11,19 | 2.218.323,06 | 8,29 |
| Premiações Culturais, Artísticas, Científica, Desportiva e outras | 0,00 | 0,00 | 1.062,00 | 0,00 | 4.652,00 | 0,02 |
| Material de Distribuição Gratuita | 157.837,90 | 0,99 | 122.136,25 | 0,56 | 387.483,98 | 1,45 |
| Passagens e Despesas com Locomoção | 39.442,42 | 0,25 | 1.009,24 | 0,00 | 31.473,13 | 0,12 |
| Serviços de Consultoria | 22.940,00 | 0,14 | 41.490,00 | 0,19 | 47.990,00 | 0,18 |
| Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física | 165.511,99 | 1,03 | 118.973,47 | 0,55 | 184.169,01 | 0,69 |
| Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica | 1.963.753,77 | 12,27 | 2.842.305,34 | 13,10 | 2.832.105,91 | 10,58 |
| Contribuições | 80.397,00 | 0,50 | 9.588,00 | 0,04 | 83.635,00 | 0,31 |
| Subvenções Sociais | 16.551,27 | 0,10 | 16.330,00 | 0,08 | 31.570,00 | 0,12 |
| Auxílio-Alimentação | 109.571,00 | 0,68 | 16.574,30 | 0,08 | 19.393,00 | 0,07 |

| | | | | | | |
|--|----------------------|---------------|----------------------|---------------|----------------------|---------------|
| Obrigações Tributárias e Contributivas | 113.992,36 | 0,71 | 157.185,15 | 0,72 | 214.275,92 | 0,80 |
| Auxílio-Transporte | 116.821,63 | 0,73 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Depósitos Compulsórios | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 8.549,93 | 0,03 |
| Sentenças Judiciais | 15.097,34 | 0,09 | 18.931,79 | 0,09 | 32.668,46 | 0,12 |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 122.338,73 | 0,76 | 256.653,81 | 1,18 | 27.135,16 | 0,10 |
| Indenizações e Restituições | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 807,27 | 0,00 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 3.977.835,06 | 24,86 | 6.167.750,57 | 28,42 | 9.126.082,91 | 34,10 |
| Investimentos | 3.827.613,90 | 23,93 | 5.981.435,99 | 27,56 | 8.581.969,09 | 32,07 |
| Material de Consumo | 0,00 | 0,00 | 32.330,90 | 0,15 | 14.166,46 | 0,05 |
| Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica | 0,00 | 0,00 | 16.457,92 | 0,08 | 81.862,92 | 0,31 |
| Obras e Instalações | 3.614.645,83 | 22,59 | 2.935.400,99 | 13,52 | 7.822.706,02 | 29,23 |
| Equipamentos e Material Permanente | 212.968,07 | 1,33 | 370.247,12 | 1,71 | 362.350,36 | 1,35 |
| Aquisição de Imóveis | 0,00 | 0,00 | 2.626.999,06 | 12,10 | 300.883,33 | 1,12 |
| Amortização da Dívida | 150.221,16 | 0,94 | 186.314,58 | 0,86 | 544.113,82 | 2,03 |
| Principal da Dívida Contratual Resgatado | 150.221,16 | 0,94 | 177.822,69 | 0,82 | 544.113,82 | 2,03 |
| Correção Monetária ou Cambial da Dívida Contratual Resgatada | 0,00 | 0,00 | 8.491,89 | 0,04 | 0,00 | 0,00 |
| Despesa Orçamentária | 15.998.184,68 | 100,00 | 21.704.145,33 | 100,00 | 26.762.242,97 | 100,00 |

Obs: Despesas lançadas no item "Despesa com Pessoal e Encargos não classificadas de acordo com a codificação da Portaria 163" referem-se as despesas classificadas incorretamente pelo município no elemento Indenizações Restituições Trabalhistas no valor de R\$ 203.477,88, conforme anexo IV.

Desconsiderando o valor de **R\$ 29.721,89** referente às despesas empenhadas e canceladas e/ou e não empenhadas, inclusive despesas com pessoal do exercício anterior, o total das despesas realizadas no exercício em análise passa a ser de **R\$ 26.732.521,08**.

A.3 - Análise Financeira

A.3.1 - Movimentação Financeira

O fluxo financeiro³ do Município no exercício foi o seguinte:

| FLUXO FINANCEIRO | Valor (R\$) |
|---|----------------------|
| SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | 2.581.315,28 |
| Caixa | 5.191,53 |
| Bancos Conta Movimento | 166.218,14 |
| Vinculado em Conta Corrente Bancária | 128.830,83 |
| Aplicações Financeiras de Recursos Próprios | 556.286,33 |
| Aplicações Financeiras de Recursos Vinculados | 1.724.788,45 |
| (+) ENTRADAS | 35.100.973,80 |
| Receita Orçamentária | 25.562.194,04 |
| Receitas Correntes Arrecadadas | 18.196.585,20 |
| Receitas de Capital Arrecadadas | 7.365.608,84 |
| Transferências Financeiras Recebidas (Orçamentária) | 3.431.049,93 |
| Extraorçamentárias | 6.107.729,83 |
| Realizável | 709.086,11 |
| Restos a Pagar | 1.650.866,73 |
| Consignações – Entrada | 1.928.845,19 |
| Depósitos de Diversas Origens | 444.764,11 |
| Serviço da Dívida a Pagar | 733.269,08 |
| Outras Operações | 4.032,40 |
| Acréscimos Patrimoniais | 636.866,21 |
| (-) SAÍDAS | 36.446.093,98 |

³ Para efeitos da presente análise, considerou-se como composição das contas de natureza financeira dos seguintes grupos de contas: A) Realizável: Somatório das contas: 1.1.2.0.00.00.00 - Créditos em Circulação, 1.1.4.0.00.00.00 - Valores Pendentes a Curto Prazo, 1.2.1.1.0.00.00 - Depósitos Compulsórios, 1.2.2.0.00.00.00 - Créditos Realizáveis a Longo Prazo B) Outras Operações: Somatório das contas 2.1.4.0.00.00.00 - Valores Pendentes a Curto Prazo, 2.2.1.0.00.00.00 - Depósitos Exigíveis a Longo Prazo e 2.1.2.9.0.00.00 - Outras Obrigações C) Restos a Pagar: 2.1.2.2.1.00.00 - Entidades Credoras

| | |
|---|---------------------|
| Despesa Orçamentária | 26.762.242,97 |
| Despesas Correntes | 17.636.160,06 |
| Despesas de Capital | 9.126.082,91 |
| Transferências Financeiras Concedidas | 3.431.049,93 |
| Extraorçamentárias | 6.252.801,08 |
| Realizável | 492.746,42 |
| Restos a Pagar | 2.498.615,80 |
| Consignações – Saída | 1.980.382,57 |
| Depósitos de Diversas Origens | 312.581,60 |
| Serviço da Dívida a Pagar | 733.058,02 |
| Outras Operações | 4.032,40 |
| Decrécimos Patrimoniais | 231.384,27 |
| SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE | 1.236.195,10 |
| Caixa | 139,56 |
| Banco Conta Movimento | 215.744,08 |
| Bancos Conta Vinculada | 582.639,39 |
| Aplicações Financeiras de Recursos Próprios | 293.970,04 |
| Aplicações Financeiras de Recursos Vinculados | 143.702,03 |

Fonte: Balanço Financeiro e Relatório de Contas do exercício anterior

OBS.: Por sua vez, as disponibilidades financeiras da Unidade Prefeitura Municipal apresentaram-se da seguinte forma:

| DISPONIBILIDADES | Valor (R\$) |
|---|---------------------|
| Caixa | 139,56 |
| Bancos c/ Movimento | 166.138,88 |
| Vinculado em C/C Bancária | 507.631,17 |
| Aplicações Financeiras de Recursos Próprios | 276.715,46 |
| Aplicações Financeiras de Recursos Vinculados | 103.640,49 |
| TOTAL | 1.054.265,56 |

A.4 - Análise Patrimonial

A.4.1 - Situação Patrimonial

A situação patrimonial do Município está assim demonstrada:

| ATIVO | 2008 | 2009 | PASSIVO | 2008 | 2009 |
|--|----------------------|----------------------|------------------------------------|---------------------|---------------------|
| Financeiro | 2.935.467,93 | 1.374.008,06 | Financeiro | 2.877.446,69 | 2.102.180,84 |
| Disponível | 2.581.315,28 | 1.236.195,10 | Depósitos | 367.178,70 | 447.823,83 |
| Caixa | 5.191,53 | 139,56 | Consignações | 341.818,04 | 290.280,66 |
| Bancos Conta Movimento | 413.832,15 | 215.744,08 | Depósitos de Diversas Origens | 25.360,66 | 157.543,17 |
| Bancos Conta Vinculada | 62.614,38 | 582.639,39 | Restos a Pagar | 2.510.267,99 | 1.654.145,95 |
| Aplicações Financeiras de Recursos Próprios | 477.486,11 | 293.970,04 | Obrigações a Pagar | 2.510.267,99 | 1.654.145,95 |
| Aplicações Financeiras de Recursos Vinculados | 1.622.191,11 | 143.702,03 | Serviços da Dívida a Pagar | | 211,06 |
| Realizável | 354.152,65 | 137.812,96 | Operações de Crédito em Circulação | | 211,06 |
| Créditos a Receber | 6.708,89 | 21.753,47 | | | |
| Valores Pendentes a Curto Prazo | 347.443,76 | 116.059,49 | | | |
| Permanente | 16.694.416,57 | 19.121.228,75 | Permanente | 2.261.022,33 | 1.902.103,36 |
| Créditos | 132.931,01 | 72.768,08 | Dívida Fundada Interna | 2.199.402,68 | 1.218.699,76 |
| Créditos a Receber | 132.931,01 | 72.768,08 | Débitos Consolidados | 61.619,65 | 683.403,60 |
| Dívida Ativa | 5.199.498,51 | 7.258.137,19 | Dívidas Renegociadas | 39.303,71 | 231.303,71 |
| Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Curto Prazo | | 892.000,00 | Obrigações a Pagar | 22.315,94 | 452.099,89 |
| Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Longo Prazo | 5.199.498,51 | 6.366.137,19 | | | |
| Realizável a Longo Prazo | 167.224,05 | 167.489,43 | | | |
| Créditos Realizáveis a Longo Prazo | 167.224,05 | 167.489,43 | | | |
| Investimentos | 265,38 | | | | |
| Imobilizado | 11.194.497,62 | 11.622.834,05 | | | |
| Bens Móveis e Imóveis | 11.194.497,62 | 11.622.834,05 | | | |
| Bens Imóveis | 8.474.082,10 | 8.562.591,17 | | | |
| Bens Móveis | 2.720.415,52 | 3.060.242,88 | | | |

| | | | | | |
|--------------------------|----------------------|----------------------|--------------------------|----------------------|----------------------|
| ATIVO REAL | 19.629.884,50 | 20.495.236,81 | PASSIVO REAL | 5.138.469,02 | 4.004.284,20 |
| SALDO PATRIMONIAL | | | SALDO PATRIMONIAL | 14.491.415,48 | 16.490.952,61 |
| TOTAL | 19.629.884,50 | 20.495.236,81 | TOTAL | 19.629.884,50 | 20.495.236,81 |

OBS.: O Passivo Financeiro da Unidade Prefeitura Municipal apresentou como saldo final o montante de **R\$ 1.613.108,94**, distribuído da seguinte forma:

| PASSIVO FINANCEIRO | Valor (R\$) |
|-------------------------------|---------------------|
| Depósitos de Diversas Origens | 68.975,79 |
| Serviços da Dívida a Pagar | 211,06 |
| Consignações | 162.031,12 |
| Obrigações a Pagar | 1.381.890,97 |
| TOTAL | 1.613.108,94 |

Fonte: Balanço Patrimonial

A.4.2 - Variação do Patrimônio Financeiro

A.4.2.1 - Variação do Patrimônio Financeiro Consolidado

A variação do patrimônio financeiro do Município é assim demonstrada:

| Grupo Patrimonial | Saldo inicial | Saldo final | Variação |
|------------------------------|----------------------|--------------------|-----------------|
| Ativo Financeiro | 2.935.467,93 | 1.374.008,06 | (1.561.459,87) |
| Passivo Financeiro | 2.877.446,69 | 2.102.180,84 | 775.265,85 |
| Saldo Patrimonial Financeiro | 58.021,24 | (728.172,78) | (786.194,02) |

Obs: A divergência no valor de R\$ 413.854,91 entre o saldo patrimonial financeiro acima demonstrado, e o resultado orçamentário ocorrido no exercício em análise (item A.2.1), é oriunda da diferença dos Acréscimos Patrimoniais (R\$ 636.866,21) e Decréscimos Patrimoniais (R\$ 231.384,27), sendo o saldo remanescente no valor de R\$ 8.372,97, referente a divergência na movimentação dos restos a pagar, este foi apontado no item A.8.2.3, deste Relatório.

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em um **Déficit Financeiro** de **R\$ 728.172,78** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos existentes, o Município possui **R\$ 1,53** de dívida a curto prazo, comprometendo a execução orçamentária do exercício subsequente.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação negativa de **R\$ 786.194,02**, passando de um superávit financeiro de **R\$ 58.021,24** para um déficit financeiro de **R\$ 728.172,78**

OBS.: Confrontando-se o Ativo Financeiro da Unidade Prefeitura Municipal (**R\$ 1.192.078,52**) com seu Passivo Financeiro (**R\$ 1.613.108,94**), apurou-se um **Déficit Financeiro** de **R\$ 421.030,42** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos existentes, a Prefeitura Municipal possui **R\$ 1,35** de dívida a curto prazo, comprometendo a execução orçamentária do exercício subsequente.

O déficit financeiro apurado corresponde a **2,85%** dos ingressos auferidos no exercício em exame e, tomando por base a arrecadação média mensal do exercício em questão, equivale a **0,34** arrecadação mensal (média mensal do exercício).

Configura-se, desta forma, a seguinte restrição:

A.4.2.a – Déficit financeiro do Município (Consolidado) ajustado da ordem de R\$ 728.172,78, resultante do déficit orçamentário ocorrido no exercício em exame e demais irregularidades na composição do Patrimônio Financeiro, correspondendo a 2,85% da Receita Arrecadada do Município no exercício em exame (R\$ 25.562.194,04) e, tomando-se por base a arrecadação média mensal do exercício em questão, equivale a 0,34 arrecadação mensal, em desacordo ao artigo 48, “b” da Lei n° 4.320/64 e artigo 1° da Lei Complementar n° 101/2000 – LRF.

A.4.3 - Variação Patrimonial

Variação patrimonial é qualquer alteração sofrida pelo patrimônio, resultante ou independente da execução orçamentária.

O quadro abaixo demonstra as variações ocorridas no patrimônio do Município, no período analisado:

| VARIAÇÕES RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA | Valor (R\$) |
|---|----------------------|
| Receita Efetiva | 27.280.467,96 |
| Receita Orçamentária | 25.562.194,04 |
| Transferências Financeiras Recebidas (Orçamentária) | 3.431.049,93 |
| (-) Mutações Patrimoniais da Receita | 1.712.776,01 |
| Liquidação de Créditos | 1.503.679,31 |

| | |
|--|-----------------------|
| Incorporações de Passivos | 209.096,70 |
| Despesa Efetiva | 29.220.842,65 |
| Despesa Orçamentária | 26.762.242,97 |
| Transferências Financeiras Concedidas (Orçamentária) | 3.431.049,93 |
| (-) Mutações Patrimoniais da Despesa | 972.450,25 |
| Aquisição de Bens | 428.336,43 |
| Desincorporações de Passivos | 544.113,82 |
| RESULTADO PATRIMONIAL DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA | (1.940.374,69) |
| Variações Ativas | 4.859.707,07 |
| Incorporação de Ativos (Acréscimos Patrimoniais) | 3.502.155,06 |
| Desincorporações de Passivos (Acréscimos Patrimoniais) | 784.773,02 |
| Cancelamento de Restos a Pagar (Acréscimos Patrimoniais) | 572.778,99 |
| (-) Variações Passivas | 696.783,95 |
| Incorporações de Passivos (Decréscimos Patrimoniais) | 696.783,95 |
| RESULTADO PATRIMONIAL-IEO | 4.162.923,12 |
| RESULTADO PATRIMONIAL | |
| Resultado Patrimonial da Gestão Orçamentária | (1.940.374,69) |
| (+)Resultado Patrimonial –IEO | 4.162.923,12 |
| | |
| RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO | 2.222.548,43 |
| Ativo Real Líquido do Exercício Anterior | 14.491.415,48 |
| (+)Resultado Patrimonial do Exercício | 2.222.548,43 |
| SALDO PATRIMONIAL NO FIM DO EXERCÍCIO | 16.713.963,91 |

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais

Obs.: Divergência de R\$ 223.011,30, entre o Saldo Patrimonial no Fim do Exercício apurado no item A.4.3 Variação Patrimonial e o Saldo Patrimonial apurado no item A.4.1 Situação Patrimonial, gerando a restrição item A.8.2.1, deste Relatório.

A.4.4 - Demonstração da Dívida Pública

A.4.4.1 - Dívida Consolidada

Denomina-se dívida consolidada as obrigações decorrentes de financiamentos ou empréstimos que representem compromissos assumidos, cujo resgate ultrapasse doze meses.

No exercício, a dívida consolidada do Município teve a seguinte movimentação:

| MOVIMENTAÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA | | |
|---|---------------------|---------------------|
| | MUNICÍPIO | PREFEITURA |
| Saldo do Exercício Anterior | 2.261.022,33 | 2.261.022,33 |
| (-) Operações de Crédito - Em Contratos (Dívida Fundada - Mutações Ativas) | 520.118,47 | 520.118,47 |
| (+) Operações de Crédito - Em Contratos (Dívida Fundada - Mutações Passivas) | 284.096,70 | 284.096,70 |
| (-) Operações de Créditos - Em Contratos (Dívida Fundada - Resultado Aumentativo) | 744.681,15 | 744.681,15 |
| (+) Outras incorporações de Passivos (Débitos Consolidados - Mutações Passivas) | 620.104,54 | 620.104,54 |
| (+) Outras Incorporações de Obrigações (Débitos Consolidados - VPIEO) | 1.679,41 | 1.679,41 |
| Saldo para o Exercício Seguinte | 1.902.103,36 | 1.902.103,36 |

A evolução da dívida consolidada, considerando o Balanço Consolidado do Município nos últimos três anos, e a sua relação com a receita arrecadada em cada exercício são assim demonstradas:

| Saldo da Dívida Consolidada | 2007 | | 2008 | | 2009 | |
|-----------------------------|-------------------|-------------|---------------------|--------------|---------------------|-------------|
| | Valor (R\$) | % | Valor (R\$) | % | Valor (R\$) | % |
| Saldo | 654.467,55 | 3,98 | 2.261.022,33 | 10,70 | 1.902.103,36 | 7,44 |

A.4.4.2 - Dívida Flutuante

Designa-se dívida flutuante aquela contraída pelo tesouro, por um período inferior a doze meses, quer na condição de administrador de bens de terceiros, confiados a sua guarda, quer para atender as momentâneas necessidades de caixa.

No exercício, a dívida flutuante do Município teve a seguinte movimentação:

| MOVIMENTAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE | Valor (R\$) |
|---|---------------------|
| Saldo do Exercício Anterior | 2.877.446,69 |
| Consignações – Entrada | 1.928.845,19 |
| Depósitos de Diversas Origens – Entrada | 444.764,11 |
| Restos a Pagar-Entrada | 1.650.866,73 |
| Outras Operações – Entrada | 4.032,40 |
| Serviço da Dívida a pagar – Entrada | 733.269,08 |
| Consignações – Saída | 1.980.382,57 |
| Depósitos de Diversas Origens – Saída | 312.581,60 |
| Restos a Pagar – Saída | 2.498.615,80 |
| Outras Operações – Saída | 4.032,40 |
| Serviço da Dívida a Pagar – Saída | 733.058,02 |
| Saldo para o Exercício Seguinte | 2.110.553,81 |

Obs.: As divergências do saldo final da Dívida Flutuante entre o constante no Anexo 14, Anexo 16 e o apurado, estão apontadas no item **A.8.2.4**, deste Relatório.

A evolução da dívida flutuante, nos últimos três anos, e a sua relação com o ativo financeiro em cada exercício são assim demonstradas:

| Saldo da Dívida Flutuante | 2007 | | 2008 | | 2009 | |
|---------------------------|-------------------|-------------|---------------------|--------------|---------------------|-------------|
| | Valor (R\$) | % | Valor (R\$) | % | Valor (R\$) | % |
| Saldo | 892.732,79 | 5,43 | 2.877.446,69 | 11,26 | 2.110.553,81 | 8,26 |

A.4.5 - Comportamento da Dívida Ativa

No exercício, a Dívida Ativa do Município teve a seguinte movimentação:

| MOVIMENTAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA | Valor (R\$) |
|--|---------------------|
| Saldo do Exercício Anterior | 5.199.498,51 |
| Recebimento de Dívida Ativa | 430.832,89 |
| Dívida Ativa - Inscrição (VAIEO) | 3.502.155,06 |
| Saldo para o Exercício Seguinte | 8.270.820,68 |

Obs.1: Divergência de **R\$ 1.012.683,49** entre o saldo apurado de **R\$ 8.270.820,68** e o demonstrado no Anexo – 14 Balanço Patrimonial – Dívida Ativa no valor de **R\$ 7.258.137,19**. Restrição item **A.8.3.2**, deste Relatório.

Obs. 2: Divergência de **R\$ 369,44** da Receita da Dívida Ativa entre o apurado no Anexo 10 – Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada **R\$ 430.463,45** e Anexo 15 – Demonstração das Variações Patrimoniais **R\$ 430.832,89**. Restrição item **A.8.3.1**, deste Relatório.

A.5 - Verificação do Cumprimento de Limites Constitucionais/Legais

A Legislação estabelece limites mínimos para aplicação de recursos na Educação e Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal e remuneração de agentes políticos.

A seguir, analisar-se-á o cumprimento destes limites pelo Município.

| A - RECEITAS COM IMPOSTOS (INCLUÍDAS AS TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS) | Valor (R\$) | % |
|---|--------------------|----------|
| Imposto Predial e Territorial Urbano | 2.842.569,81 | 22,05 |
| Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza | 1.120.807,47 | 8,69 |
| Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza | 122.687,18 | 0,95 |
| Imposto s/Transmissão inter vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis | 502.978,25 | 3,90 |
| Cota do ICMS | 1.754.746,32 | 13,61 |
| Cota-Parte do IPVA | 583.999,87 | 4,53 |
| Cota-Parte do IPI sobre Exportação | 37.080,20 | 0,29 |
| Cota-Parte do FPM | 5.363.965,60 | 41,61 |

| | | |
|--|----------------------|---------------|
| Cota do ITR | 1.885,87 | 0,01 |
| Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração L.C. nº 87/96 | 33.249,11 | 0,26 |
| Receita de Dívida Ativa Proveniente de Impostos | 391.115,89 | 3,03 |
| Receita de Multas e Juros provenientes de impostos, inclusive da dívida ativa decorrente de impostos | 137.454,55 | 1,07 |
| TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS | 12.892.540,12 | 100,00 |

| B - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO | Valor (R\$) |
|---|----------------------|
| Receitas Correntes Arrecadadas | 19.732.173,20 |
| (-) Dedução das receitas para formação do FUNDEB | 1.535.588,00 |
| TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | 18.196.585,20 |

A.5.1 - Aplicação de Recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

| C - DESPESAS COM EDUCAÇÃO INFANTIL | Valor (R\$) |
|---|--------------------|
| Educação Infantil (12.365) | 137.309,82 |
| TOTAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO INFANTIL | 137.309,82 |

| D - DESPESAS COM ENSINO FUNDAMENTAL | Valor (R\$) |
|--|---------------------|
| Ensino Fundamental (12.361) | 4.508.709,55 |
| TOTAL DAS DESPESAS COM ENSINO FUNDAMENTAL | 4.508.709,55 |

| E - DEDUÇÕES DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO INFANTIL | Valor (R\$) |
|---|--------------------|
| Valor referente a despesas consideradas na Educação Infantil em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 1 e/ou 18 e/ou 19) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise (Anexo VI) | 13.577,23 |
| TOTAL DAS DEDUÇÕES COM EDUCAÇÃO INFANTIL | 13.577,23 |

| F - DEDUÇÕES DAS DESPESAS COM ENSINO FUNDAMENTAL | Valor (R\$) |
|---|--------------------|
| Despesas com recursos de convênios destinados ao Ensino Fundamental | 244.555,16 |
| Fonte 22 – Transf. de Convênios (Educação) 12.361 | |
| Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Ver Anexo II, deste Relatório) | 27.953,24 |
| Valor referente a despesas consideradas no Ensino Fundamental em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 1 e/ou 18 e/ou 19) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise (Anexo V) | 213.775,26 |
| TOTAL DAS DEDUÇÕES COM ENSINO FUNDAMENTAL | 486.283,66 |

A.5.1.1 - Aplicação do percentual mínimo de 25% da receita de impostos, incluídas as transferências de impostos (artigo 212 da CF)

| Componente | Valor (R\$) | % |
|--|---------------------|--------------|
| Total das Despesas com Educação Infantil (Quadro C) | 137.309,82 | 1,07 |
| (+) Total das Despesas com Ensino Fundamental (Quadro D) | 4.508.709,55 | 34,97 |
| (-) Total das Deduções com Educação Infantil (Quadro E) | 13.577,23 | 0,11 |
| (-) Total das Deduções com Ensino Fundamental (Quadro F) | 486.283,66 | 3,77 |
| (-) Ganho com FUNDEB | 973.825,26 | 7,55 |
| (-) Rendimentos de Aplicações Financeiras dos Recursos do FUNDEB | 1.144,94 | 0,01 |
| Total das Despesas para efeito de Cálculo | 3.171.188,28 | 24,60 |
| Valor Mínimo de 25% das Receitas com Impostos (Quadro A) | 3.223.135,03 | 25,00 |
| Valor Abaixo do Limite (25%) | 51.946,75 | 0,40 |

O demonstrativo acima evidencia que o Município aplicou o montante de **R\$ 3.171.188,28** em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **24,60%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado a menor o valor de **R\$ 51.946,75**, representando **0,40%** do mesmo parâmetro,

DESCUMPRINDO o exposto no artigo 212 da Constituição Federal, configurando a seguinte restrição:

A.5.1.1.1 - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino no valor de R\$ 3.171.188,28, representando 24,60% da receita com impostos incluídas as transferências de impostos (R\$ 12.892.540,12), quando o percentual constitucional de 25% representaria gastos da ordem de R\$ 3.223.135,03, configurando, portanto, aplicação a MENOR de R\$ 51.946,75 ou 0,40%, em descumprimento ao artigo 212 da Constituição Federal

A.5.1.2 - Aplicação do percentual mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério (art. 22 da Lei nº 11.494/2007)

| Componente | Valor (R\$) |
|---|---------------------|
| Transferências do FUNDEB | 2.509.413,26 |
| (+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB | 1.144,94 |
| Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB | 2.510.558,20 |
| 60% dos Recursos Oriundos do FUNDEB | 1.506.334,92 |
| Total dos Gastos Efetuados c/ Profissionais do Magistério em Efet. Exerc. Pagos c/ Recursos do FUNDEB* (até o limite da disponibilidade financeira) | 2.510.558,20 |
| Valor Acima do Limite (60 % do FUNDEB c/ Profissionais do Magistério) | 1.004.223,28 |

*Fonte: Sistema e-Sfinge - Especificação das Fontes de Recursos: 18

Conforme demonstrativo acima, evidencia-se que o Município aplicou integralmente os recursos oriundos do FUNDEB em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

A.5.1.3 - Aplicação do percentual mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB em despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica (art. 21 da Lei nº 11.494/2007)

| Componente | Valor (R\$) |
|--|---------------------|
| Transferências do FUNDEB | 2.509.413,26 |
| (+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB | 1.144,94 |
| Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB | 2.510.558,20 |
| 95% dos Recursos do FUNDEB | 2.385.030,29 |
| Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica empenhadas e liquidadas com recursos do FUNDEB e as não liquidadas com cobertura financeira (*) | 2.510.558,20 |
| Valor Acima do Limite (95% do FUNDEB com manutenção e desenvolvimento da educação básica) | 125.527,91 |

Fonte: Sistema e-Sfinge

(*) O valor das despesas foi apurado conforme quadro abaixo:

| Descrição | Valor (R\$) |
|--|---------------------|
| Transferências do FUNDEB em 2009 | 2.509.413,26 |
| (+) Rendimentos de aplicação Financeira do FUNDEB | 1.144,94 |
| (-) Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2009 Ver Anexo III | 2.375,67 |
| (+) Despesas empenhadas e liquidadas e as não liquidadas, com recursos do FUNDEB inscrita em Restos a Pagar até o limite da disponibilidade financeira | 2.375,67 |
| (=) Total de utilização dos recursos do FUNDEB no exercício de 2009 | 2.510.558,20 |

| Controle da utilização de recursos para o exercício subsequente (art. 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007) | |
|--|--------------------|
| Descrição | Valor (R\$) |
| Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2009 | 2.375,67 |
| (-) Despesas inscritas em Restos a Pagar até o limite da disponibilidade financeira | 2.375,67 |
| (=) Recursos recebidos do FUNDEB que não foram utilizados | 0,00 |

Conforme demonstrativo acima, evidencia-se que o Município aplicou integralmente os recursos oriundos do FUNDEB em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

Entretanto, foram empenhadas despesas no montante de **R\$ 2.746.611,01** na fonte de recurso 18, sendo que o valor das transferências do FUNDEB mais os rendimentos no exercício de 2009 totalizaram somente **R\$ 2.510.558,20**. Somando-se a este valor, tem-se ainda a inscrição em Restos a Pagar, vinculados a fonte de recursos 18, no valor de **R\$ 64.998,98** (Anexo IV), sendo Restos Processados no valor de **R\$ 35.947,02** e Restos Não Processados no valor de **R\$ 29.051,96**, claramente sem cobertura financeira de recursos do FUNDEB. Desta forma, constitui-se a seguinte restrição:

A.5.1.3.1 - Despesas realizadas no valor de R\$ 236.052,81 registradas incorretamente no que tange informação da origem dos recursos, especificamente a codificação da especificação da Fonte de Recursos, bem como a inscrição em Restos a Pagar Processados, no montante de R\$ 64.998,98, sem a cobertura financeira da referida fonte de recursos no exercício de 2009, em desatenção às orientações contidas nos Manuais da Receita e Despesa editados pela Portaria Conjunta STN/SOF N. 3 de 14/10/2008, e ainda, em desacordo ao art. 85 da Lei Federal n. 4.320/64

A.5.1.4 - Utilização de no máximo 5% dos recursos do FUNDEB, no exercício seguinte ao do recebimento e mediante abertura de crédito adicional (artigo 21, § 2º da Lei n.º 11.494/2007)

| Componente | Valor |
|--|------------------|
| Recursos recebidos do FUNDEB no exercício anterior que não foram utilizados | 54.068,22 |
| Despesas custeadas com o saldo do exercício anterior até o 1º trimestre deste exercício | 0,00 |
| Despesas custeadas com o saldo do exercício anterior após o 1º trimestre deste exercício | 0,00 |
| Saldo Exercício Anterior do FUNDEB não utilizado | 54.068,22 |

Conforme demonstrativo acima, evidencia-se que o Município não realizou despesas com o saldo anterior dos recursos do FUNDEB, mediante abertura de crédito adicional, **DESCUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21, § 2º da Lei n.º 11.494/2007.

Constitui-se, assim, a seguinte restrição:

A.5.1.4.1 – Ausência de abertura de crédito adicional no 1º trimestre de 2009 e consequente não realização da despesa com o saldo remanescente dos recursos do FUNDEB do exercício de 2008 (R\$ 54.068,22), em descumprimento ao artigo 21, § 2º da Lei Federal nº 11.494/2007.

A.5.2 - Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (artigo 198 da Constituição Federal c/c artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT)

| G - DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE | Valor (R\$) |
|---|---------------------|
| Atenção Básica (10.301) | 4.507.566,66 |
| TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO | 4.507.566,66 |

| H - DEDUÇÕES DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE | Valor (R\$) |
|--|---------------------|
| Despesas com Recursos de Convênios Destinados às Ações e Serviços Públicos de Saúde Fonte 14 – Transf. Recursos do SUS – 10.301 – R\$ 87.872,04 Fonte 23 – Transf. Convênios (Saúde) 10.301 – R\$ 1.341.965,53 Fonte 24 – Transf. Convênios Outros 10.301 – R\$ 34.031,36 | 1.463.868,93 |
| Valor referente a despesas consideradas na Saúde em exercícios anteriores (fontes 0 e/ou 2) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise | 810,72 |
| TOTAL DAS DEDUÇÕES COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO | 1.464.679,65 |

DEMONSTRATIVO PARA VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ARTIGO 198 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL C/C ARTIGO 77 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS – ADCT

| Componente | Valor (R\$) | % |
|--|---------------------|--------------|
| Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (Quadro G) | 4.507.566,66 | 34,96 |
| (-) Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde (Quadro H) | 1.464.679,65 | 11,36 |
| TOTAL DAS DESPESAS PARA EFEITO DO CÁLCULO | 3.042.887,01 | 23,60 |
| VALOR MÍNIMO A SER APLICADO | 1.933.881,02 | 15,00 |
| VALOR ACIMA DO LIMITE | 1.109.005,99 | 8,60 |

O percentual mínimo de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2009 é de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências; estabelecido no inciso III do artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Pelo demonstrativo acima, constata-se que o montante aplicado foi da ordem de **R\$ 3.042.887,01**, correspondendo a um percentual de **23,60%** da receita com impostos, inclusive transferências, ficando evidenciado que o município **CUMPRIU** o referido dispositivo constitucional.

A.5.3 - Despesas com pessoal (artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000)

| I - DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO | Valor (R\$) |
|--|----------------------|
| Pessoal e Encargos | 10.194.806,23 |
| TOTAL DAS DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO | 10.194.806,23 |

| J - DESPESAS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO | Valor (R\$) |
|--|--------------------|
| Pessoal e Encargos | 597.355,69 |
| TOTAL DAS DESPESAS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO | 597.355,69 |

| L - DEDUÇÕES DAS DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO | Valor (R\$) |
|--|--------------------|
| Despesas de Exercícios Anteriores | 1.208,99 |
| TOTAL DAS DEDUÇÕES COM DESPESAS DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO | 1.208,99 |

| M - DEDUÇÕES DAS DESPESAS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO | Valor (R\$) |
|--|--------------------|
| Despesas de Exercícios Anteriores | 1.377,74 |
| TOTAL DAS DEDUÇÕES COM DESPESAS DE PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO | 1.377,74 |

A.5.3.1 - Limite máximo de 60% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município (Prefeitura, Câmara, Fundos, Fundações, Autarquias, Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000

| Componente | Valor (R\$) | % |
|--|----------------------|--------------|
| TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | 18.196.585,20 | 100,00 |
| LIMITE DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | 10.917.951,12 | 60,00 |
| Total das Despesas com Pessoal do Poder Executivo | 10.194.806,23 | 56,03 |
| Total das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo | 597.355,69 | 3,28 |
| Total das Deduções das Despesas com Pessoal do Poder Executivo | 1.208,99 | 0,01 |
| Total das Deduções das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo | 1.377,74 | 0,01 |
| TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO | 10.789.575,19 | 59,29 |
| VALOR ABAIXO DO LIMITE DE 60% | 128.375,93 | 0,71 |

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Município aplicou **59,29%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentada pela Lei Complementar nº 101/2000.

A.5.3.2 - Limite máximo de 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias, Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000

| Componente | Valor (R\$) | % |
|--|----------------------|--------------|
| TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | 18.196.585,20 | 100,00 |
| LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | 9.826.156,01 | 54,00 |
| Total das Despesas com Pessoal do Poder Executivo | 10.194.806,23 | 56,03 |
| Total das Deduções das Despesas com Pessoal do Poder Executivo | 1.208,99 | 0,01 |
| Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo | 10.193.597,24 | 56,02 |
| VALOR ACIMA DO LIMITE | 367.441,23 | 2,02 |

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo aplicou **56,02%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **DESCUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000, configurando, assim, a seguinte restrição:

A.5.3.2.1 Despesas com Pessoal do PODER EXECUTIVO no valor de R\$ 10.193.597,24, representando 56,02% da Receita Corrente Líquida (R\$ 18.196.585,20), quando o percentual máximo de 54% representaria gastos na ordem de R\$ 9.826.156,01, configurando, portanto, aplicação a MAIOR de R\$ 367.441,23 ou 2,02% em descumprimento ao artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000, ressalvado o disposto no artigo 23 da citada lei.

A.5.3.3 - Limite máximo de 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000

| Componente | Valor (R\$) | % |
|--|-------------------|-------------|
| TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | 18.196.585,20 | 100,00 |
| LIMITE DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | 1.091.795,11 | 6,00 |
| Total das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo | 597.355,69 | 3,28 |
| Total das Deduções das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo | 1.377,74 | 0,01 |
| Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo | 595.977,95 | 3,28 |
| VALOR ABAIXO DO LIMITE | 495.817,16 | 2,72 |

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Legislativo aplicou **3,28%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000.

A.5.4 - Verificação dos Limites Legais do Poder Legislativo

A.5.4.1 - Remuneração Máxima dos Vereadores de 20 a 75% daquela estabelecida para os Deputados Estaduais (artigo 29, inciso VI da CF)

| MÊS | REMUNERAÇÃO DE VEREADOR | REMUNERAÇÃO DE DEPUTADO ESTADUAL | % |
|-----------|-------------------------|----------------------------------|-------|
| JANEIRO | 2.500,00 | 14.634,07 | 17,08 |
| FEVEREIRO | 2.500,00 | 14.634,07 | 17,08 |
| MARÇO | 2.500,00 | 14.634,07 | 17,08 |
| ABRIL | 2.800,00 | 14.634,07 | 19,13 |
| MAIO | 2.800,00 | 14.634,07 | 19,13 |
| JUNHO | 2.800,00 | 14.634,07 | 19,13 |
| JULHO | 2.800,00 | 14.634,07 | 19,13 |
| AGOSTO | 2.800,00 | 14.634,07 | 19,13 |
| SETEMBRO | 3.650,00 | 14.634,07 | 24,94 |
| OUTUBRO | 3.650,00 | 14.634,07 | 24,94 |
| NOVEMBRO | 3.650,00 | 14.634,07 | 24,94 |
| DEZEMBRO | 3.650,00 | 14.634,07 | 24,94 |

Obs: A majoração do Subsídio dos Vereadores será objeto de análise no **PCA 10/00230888**

A remuneração dos vereadores não ultrapassou o limite de **30,00%** (referente aos seus 12.611 habitantes, segundo dados divulgados pelo IBGE - estimativa de 2008) da remuneração dos Deputados Estaduais, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 29, inciso VI da Constituição Federal.

A.5.4.2 - Limite máximo de 5% da receita do Município para a remuneração total dos vereadores (artigo 29, inciso VII da CF)

| RECEITA TOTAL DO MUNICÍPIO | REMUNERAÇÃO TOTAL DOS VEREADORES | % |
|----------------------------|----------------------------------|------|
| 25.562.194,04 | 377.133,33 | 1,48 |

O montante gasto com a remuneração dos vereadores no exercício foi da ordem de **R\$ 377.133,33**, representando **1,48%** da receita total do Município (**R\$ 25.562.194,04**). Desta forma, fica evidenciado o **CUMPRIMENTO** do estabelecido no artigo 29, VII da Constituição Federal.

A.5.4.3 - Limite máximo de 5 a 8% da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159 da CF, efetivamente realizada no exercício anterior, para o total da despesa do Poder Legislativo, excluindo-se os inativos (artigo 29-A da CF)

| RECEITA TRIBUTÁRIA E DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR | Valor (R\$) | % |
|--|---------------|--------|
| Receita Tributária | 4.918.161,09 | 37,45 |
| Transferências Constitucionais (§ 5º do artigo 153, e artigos 158 e 159 da C.F.) | 7.554.619,09 | 57,53 |
| Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP do exercício anterior | 659.654,47 | 5,02 |
| Total da Receita Tributária e de Transferências Constitucionais* | 13.132.434,65 | 100,00 |
| Despesa Total do Poder Legislativo | 770.796,40 | 5,87 |
| Total das despesas para efeito de cálculo** | 770.796,40 | 5,87 |
| Valor Máximo a ser Aplicado | 1.050.594,77 | 8,00 |
| Valor Abaixo do Limite | 279.798,37 | 2,13 |

*Fonte: Relatório de Contas do exercício anterior**Fonte: Balanço Consolidado - Unidade: Câmara Municipal

O montante da despesa do Poder Legislativo foi da ordem de **R\$ 770.796,40**, representando **5,87%** da receita tributária do Município, e das transferências previstas no § 5º do artigo 153, e artigos 158 e 159 da CF, arrecadadas no exercício de 2008 (**R\$ 13.132.434,65**). Desta forma, fica evidenciado que o Poder Legislativo **CUMPRIU** o limite de **8,00%** (referente aos seus 12.611 habitantes, segundo dados divulgados pelo IBGE - estimativa de 2008), conforme estabelecido no artigo 29-A da Constituição Federal.

A.5.4.4 - Limite máximo de 70% da receita da Câmara para o total da despesa relativa à folha de pagamento, inclusive dos vereadores (artigo 29-A, § 1º, da CF)

| RECEITA DO PODER LEGISLATIVO | DESPESA COM FOLHA DE PAGAMENTO | % |
|-------------------------------------|---------------------------------------|----------|
| 800.000,00 | 487.640,36 | 60,96 |

O montante da despesa com folha de pagamento foi da ordem de **R\$ 487.640,36**, representando **60,96%** da receita total do Poder (**R\$ 800.000,00**). Desta forma, fica evidenciado que o Poder Legislativo **CUMPRIU** o estabelecido no artigo 29-A, § 1º da Constituição Federal.

Ressalta-se que o Tribunal de Contas entendeu, conforme decisão no Processo nº CON 01/01918283, parecer nº 674/01, que a 'Receita do Poder Legislativo' é aquela consignada no orçamento municipal para as dotações destinadas à Câmara, considerando as alterações orçamentárias efetuadas; ou o valor do limite estabelecido no caput do artigo 29-A da Constituição Federal (5 a 8% da receita tributária e de transferências do exercício anterior), face ao disposto no § 2º deste dispositivo, que remete ao Prefeito Municipal crime de responsabilidade, caso efetue repasse a maior do que o limite estabelecido. Desta forma, utiliza-se, dos dois parâmetros, o menor valor como base de cálculo para verificação do limite estabelecido no § 1º do artigo 29-A da Constituição Federal.

A.6 Da Gestão Fiscal do Poder Executivo

Na análise dos dados de gestão fiscal informados pela Prefeitura, através do Sistema e-Sfinge, consoante dispõe o artigo 26 da Lei Orgânica do TCE e o § 5º do artigo 27 do Regimento Interno (Resolução nº TC-06/2001), ressaltou-se o que segue:

A.6.1 - Metas realizadas em relação às previstas

A.6.1.1 - Meta Fiscal de resultado nominal prevista na LDO, em conformidade com art. 4º, § 1º e art. 9º da L.C. nº 101/2000.

| Período | Prevista na LDO - R\$ | Realizada no Exercício R\$ | Diferença R\$ |
|-------------------|------------------------------|-----------------------------------|----------------------|
| Exercício de 2009 | (500.002,59) | (541.434,01) | (41.431,42) |

Fonte: Sistema e-Sfinge

A meta fiscal do resultado nominal⁴ prevista para o exercício de 2009 **foi alcançada.**

A.6.1.2 - Meta Fiscal de resultado primário prevista na LDO, em conformidade com, art. 4º, § 1º e art. 9º a L.C. nº 101/2000.

| Período | Prevista na LDO - R\$ | Realizada no Exercício R\$ | Diferença R\$ |
|-------------------|------------------------------|-----------------------------------|----------------------|
| Exercício de 2009 | (1.347.300,00) | 2.952.038,74 | 4.299.338,74 |

Fonte: Sistema e-Sfinge

A meta fiscal do resultado primário⁵ prevista para o exercício de 2009 **foi alcançada.**

A.6.2 - Metas Bimestrais de Arrecadação - art. 4º, § 1º e art. 8º c/c arts. 9º e 13º da L.C. nº 101/2000

| Período | Prevista na LDO - R\$ | Realizada no Exercício R\$ | Diferença R\$ |
|-------------------|------------------------------|-----------------------------------|----------------------|
| Até o 1º Bimestre | 4.377.917,50 | 3.392.611,39 | (985.306,11) |
| Até o 2º Bimestre | 8.755.835,00 | 6.866.190,80 | (1.889.644,20) |
| Até o 3º Bimestre | 13.133.752,50 | 10.838.234,60 | (2.295.517,90) |
| Até o 4º Bimestre | 17.511.670,00 | 13.427.260,74 | (4.084.409,26) |
| Até o 5º Bimestre | 21.889.587,50 | 19.904.482,15 | (1.985.105,35) |

⁴ Calculado através da soma do Resultado Primário com o total de juros nominais relativos à dívida pública, o Resultado Nominal busca indicar a necessidade de financiamento do ente.

⁵ O Resultado Primário evidencia a compatibilidade dos gastos com a arrecadação, indicando a capacidade do ente público de saldar suas dívidas de forma sustentável.

| | | | |
|-------------------|---------------|---------------|--------------|
| Até o 6º Bimestre | 26.267.505,00 | 25.562.194,04 | (705.310,96) |
|-------------------|---------------|---------------|--------------|

Fonte: Sistema e-Sfinge

A meta fiscal da receita prevista até 6º bimestre/2009 **não foi alcançada**, sujeitando por esta razão, o Município a estabelecer limitação de empenho e movimentação financeira, conforme dispõe o artigo 9º da LRF.

A.7 - Do Controle Interno

O Controle Interno na Administração Pública é aquele que se realiza internamente, ou seja, através dos órgãos componentes da própria estrutura administrativa que pratica e fiscaliza os atos sujeitos ao seu controle.

Na Constituição Federal de 1988, as regras que estabelecem a competência do Sistema de Controle Interno, no plano federal, estão insculpidas no caput do artigo 70, que dispõe:

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder (grifo nosso).

No caso dos Municípios, respeitando sua autonomia deferida pelo texto Constitucional, o Sistema de Controle Interno está previsto no artigo 31, porém, a cargo do Poder Executivo.

Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei (grifo nosso).

A partir do exercício de 2000, a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, consoante dispositivos previstos no artigo 59, impõe que a fiscalização da gestão fiscal se faça através do sistema de controle interno, exigindo o acompanhamento concomitante da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Administração Pública, determinando inclusive o atingimento de metas estabelecidas pelo sistema de planejamento e a obediência de condições e limites de despesas e controle de dívidas.

O Município de Governador Celso Ramos instituiu o Sistema de Controle Interno através da Lei Municipal nº 365/2003, de 18/12/2003, portanto, dentro do prazo previsto no art. 119 da Lei Complementar 202/2000.

Para ocupar o cargo do responsável pelo Órgão Central de Controle Interno, foi nomeado através de Decreto nº 236/2005, em 06/05/2005, o Sra. Gisela Zineide Oliveira Soares - cargo comissionado.

A partir do exercício de 2005, a obrigatoriedade da remessa do Relatório de Controle Interno, passou a ser bimestral, coincidindo a distribuição dos meses que comporão esses períodos com o exercício financeiro, conforme disposto no art. 2º, parágrafo 5º da Resolução TC nº - 11/2004, de 06/12/2004, que alterou o art. 5º e respectivos parágrafos, da Resolução nº TC -16/94.

Verificou-se que o Município de Governador Celso Ramos não encaminhou o Relatório de Controle Interno referente ao 1º bimestre, não cumprindo o disposto no art. 5º da Res. nº TC - 16/94, com nova redação dada pela Resolução nº TC - 11/2004.

Na análise preliminar efetuada nos Relatórios remetidos, não foram verificadas irregularidades ou ilegalidades levantadas pelo Órgão de Controle Interno, com referência a execução do orçamento e dos registros contábeis, bem como com relação aos atos e fatos da administração municipal.

Na análise preliminar efetuada nos Relatórios remetidos verificou-se que:

Do Poder Executivo:

1 - Os Relatórios elaborados pelo Controle Interno limitaram-se a informar o valor da receita arrecadada, despesas realizadas, demonstrativo financeiro e alguns dados relativos a limite de pessoal e quantidade de servidores, bem como a informar que não foram constatadas irregularidades;

2 - Os Relatórios enviados não contem informações quanto ao Poder Legislativo.

Assim sendo, para fins de emissão de Parecer Prévio, por parte desta Corte de Contas, as seguintes restrições comporão as conclusões deste Relatório:

A.7.1 – Ausência de remessa do Relatório de Controle Interno referente ao 1º bimestre de 2009, em descumprimento ao art. 5º, § 3º, da Resolução nº TC-11/2004

A.7.2 - Remessa dos Relatórios de Controle Interno de forma genérica, com ausência de análise sobre a execução orçamentária, dos atos e fatos contábil e a indicação das possíveis falhas, irregularidades ou ilegalidades, em desacordo ao disposto no art. 5º, § 3º da Res. nº TC - 16/94, alterada pela Resolução nº TC - 11/2004;

A.7.3 – Relatórios do Controle Interno sem informações do Poder Legislativo, em descumprimento ao art. 5º, § 3º da Res. nº TC - 16/94, alterada pela Resolução nº TC - 11/2004.

A.8 - Outras Restrições

A.8.1 – Alterações Orçamentárias

A.8.1.1 - Divergência de R\$ 642.000,00, entre os créditos adicionais (R\$ 8.447.059,44) e o total dos recursos para abertura de créditos adicionais (R\$ 9.089.059,44), informados pela unidade através do Sistema e-Sfinge

Constatou-se através da análise dos dados informados relativos às alterações Orçamentárias no Sistema e-Sfinge, a abertura de créditos suplementares e especiais, no montante de R\$ 8.447.059,44. Contudo, as fontes de recursos para abertura deste créditos registram valores da ordem de R\$ 9.089.059,44, divergentes em R\$ 642.000,00 do total de créditos abertos, conforme demonstram os quadros constantes do item **A.1.3.1**, deste Relatório

Decretos com problemas de informação no Sistema e-Sfinge.

| Decreto | Diferença |
|---------|------------|
| 74/09 | 122.000,00 |
| 77/09 | 69.000,00 |
| 80/09 | 50.000,00 |
| 82/09 | 401.000,00 |
| TOTAL | 642.000,00 |

A.8.1.2 – Lei Orçamentária Anual elaborada em desconformidade com o estabelecido pela Port. nº 339, de 29/08/2001 da STN, bem como ao disposto no art. 6º, § 1º da Lei nº 4.320/64

A análise da Lei Orçamentária Anual nº 617/08 evidenciou a falta de transparência na Previsão da Receita e Fixação da Despesa em R\$ 3.000.000,00, pois considerou as Transferências Financeiras para a Câmara de Vereadores e Fundo Municipal de Saúde como receita a despesas orçamentárias, em desacordo com a Portaria nº. 339, de 29/08/2001 da STN e art. 6º, § 1º, da Lei nº 4.320/64.

A.8.1.3 – Divergência de R\$ 4.755,82, entre a Despesa Orçamentária registrada na Função Legislativa no Balanço Consolidado do Município (R\$ 775.552,22) e o registrado no Balanço da Unidade Câmara Municipal (R\$ 770.796,40) – PCA 10/00219990, incorrendo no descumprimento do art. 85 da Lei n. 4.320/64

Conforme destacado nos demonstrativos contábeis da despesa orçamentária do Balanço Consolidado do Município, o montante da despesa realizada pelo Poder Legislativo no exercício de 2009 importou em R\$ 775.552,22, por outro lado, na prestação de contas do Poder Legislativo (PCA 10/00219990), os demonstrativos da Despesa Orçamentária registram a importância de R\$ 770.796,40, apurando-se uma divergência de R\$ 4.755,82.

Assim, constatado que a consolidação das contas do Município não refletem fielmente as informações contábeis de suas Unidades, em específico o Poder Legislativo, incorre referida irregularidade em descumprimento ao artigo 85 da Lei Federa n. 4.320/64.

A.8.1.4 - Ausência de Contabilização junto ao Anexo 10 da Lei nº 4.320/64, que compõem o Balanço Anual de 2009, dos 20% (R\$ 6.012,52) retidos automaticamente das Receitas de Transferências do Estado - IPI sobre as exportações para formação do FUNDEB, em desacordo aos artigos 2º e 3º da Portaria Conjunta da STN/SOF nº 3/08 c/c com o disposto no artigo 83 da Lei nº 4.320/64

Em análise às informações contidas no Anexo 10 – Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada, verificou-se a ausência de contabilização da parcela formadora do FUNDEB, relativa ao IPI, em desacordo com o Manual de Receita Nacional, Portaria Conjunta STN/SOF nº 3/08 para a execução financeira do exercício de 2009, e o art. 83 da Lei nº 4.320/64.

A.8.2 – Balanço Patrimonial - Anexo 14 da Lei nº 4.320/64

A.8.2.1 - Divergência no valor de R\$ 223.011,30, entre o saldo patrimonial demonstrado no Balanço Patrimonial, Anexo 14 (R\$ 16.490.952,61) e o apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais, Anexo 15 (R\$ 16.713.963,91), em desacordo ao art. 105 da Lei nº 4.320/64

Verificou-se uma diferença da ordem de R\$ 223.011,30, na apuração do saldo patrimonial do exercício, conforme descrito a seguir:

| VARIAÇÕES RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA | Valor (R\$) |
|---|--------------------|
| Receita Efetiva | 27.280.467,96 |

| | |
|--|-----------------------|
| Receita Orçamentária | 25.562.194,04 |
| Transferências Financeiras Recebidas (Orçamentária) | 3.431.049,93 |
| (-) Mutações Patrimoniais da Receita | 1.712.776,01 |
| Liquidação de Créditos | 1.503.679,31 |
| Incorporações de Passivos | 209.096,70 |
| Despesa Efetiva | 29.220.842,65 |
| Despesa Orçamentária | 26.762.242,97 |
| Transferências Financeiras Concedidas (Orçamentária) | 3.431.049,93 |
| (-) Mutações Patrimoniais da Despesa | 972.450,25 |
| Aquisição de Bens | 428.336,43 |
| Desincorporações de Passivos | 544.113,82 |
| RESULTADO PATRIMONIAL DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA | (1.940.374,69) |
| Variações Ativas | 4.859.707,07 |
| Incorporação de Ativos (Acréscimos Patrimoniais) | 3.502.155,06 |
| Desincorporações de Passivos (Acréscimos Patrimoniais) | 784.773,02 |
| Cancelamento de Restos a Pagar (Acréscimos Patrimoniais) | 572.778,99 |
| (-) Variações Passivas | 696.783,95 |
| Incorporações de Passivos (Decréscimos Patrimoniais) | 696.783,95 |
| RESULTADO PATRIMONIAL-IEO | 4.162.923,12 |
| RESULTADO PATRIMONIAL | |
| Resultado Patrimonial da Gestão Orçamentária | (1.940.374,69) |
| (+)Resultado Patrimonial -IEO | 4.162.923,12 |
| | |
| RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO | 2.222.548,43 |
| Ativo Real Líquido do Exercício Anterior | 14.491.415,48 |
| (+)Resultado Patrimonial do Exercício | 2.222.548,43 |
| SALDO PATRIMONIAL NO FIM DO EXERCÍCIO (APURADO) (Apurado) | 16.713.963,91 |
| SALDO PATRIMONIAL NO FIM DO EXERCÍCIO (REGISTRADO) | 16.490.952,61 |
| DIVERGÊNCIA APURADA | 223.011,30 |

A.8.2.2 - O saldo dos Restos a Pagar para o exercício difere do saldo anterior mais/menos movimentações (entradas e saídas registradas no Balanço Financeiro), no valor de R\$ 357,71, em desacordo com o previsto nos artigos 85 e 103 da Lei nº 4.320/64.

Constatou-se diferença de R\$ 357,71, entre o Saldo Inicial do exercício 2009, Anexo 14 no valor de R\$ 2.510.267,99 e o Saldo Inicial Apurado no Relatório nº 3.270/2009 PCP no valor de R\$ 2.509.910,28.

| | Saldo Inicial | Inscrição | Baixa | Saldo para o exercício Seguinte |
|---|---------------|--------------|--------------|---------------------------------|
| Saldo do exercício anterior do balanço 2008 - Anexo 14 | 2.510.267,99 | 1.650.866,73 | 2.498.615,80 | 1.662.518,92 |
| Saldo apurado Relatório nº 3.270/2009 PCP | 2.509.910,28 | 1.650.866,73 | 2.498.615,80 | 1.662.161,21 |
| Diferença anteriormente apurada / 2008 | 357,71 | | | 357,71 |

A diferença apurada persiste desde 2008, onde o Relatório nº 2.644/2008, da Prestação de Contas do Exercício de 2007, apurou a divergência na movimentação a título de Restos a Pagar.

A.8.2.3 – Divergência de R\$ 8.372,97, entre o saldo apresentado no Balanço Patrimonial a título de Restos a Pagar (R\$ 1.654.145,95) e o apurado pela movimentação no Balanço Financeiro (R\$ 1.662.518,92), em descumprimento aos artigos 85, 92, 103 e 105 das normas contábeis previstas na lei nº 4.320/64

Constatou-se divergência de R\$ 8.372,97 entre o Anexo 14 – Balanço Patrimonial, que apresenta o saldo final das contas do exercício a título de Restos a Pagar, e o apurado pela movimentação evidenciada no Anexo 13 – Balanço Financeiro, conforme quadro abaixo.

| Restos a Pagar | Saldo Inicial | Inscrição | Baixa | Saldo para o exercício Seguinte (APURADO) | Saldo do Balanço Patrimonial – Anexo 14 (DEMONSTRADO) | Diferença Apurada |
|------------------------------------|---------------|--------------|--------------|---|---|-------------------|
| Saldo do exercício anterior | 2.510.267,99 | 1.650.866,73 | 2.498.615,80 | 1.662.518,92 | 1.654.145,95 | 8.372,97 |

Assim, constatado divergência entre o saldo apurado pela movimentação e o demonstrado no Balanço Patrimonial, em descumprimento dos artigos 85, 92, 103 e 105 da Lei nº 4.320/64.

A.8.2.4 - Divergência entre os saldos apresentados na Demonstração da Dívida Flutuante – Anexo 17 (R\$ 1.996.907,76), e o registrado no Balanço Patrimonial - Anexo 14 - Passivo Financeiro (R\$ 2.102.180,84), em descumprimento aos artigos 85, 92, 104 e 105 das normas contábeis previstas na Lei nº 4.320/64.

Constatou-se divergência de R\$ 105.273,08 entre o Anexo – 17 - Demonstração da Dívida Flutuante (R\$ 1.996.907,76), que apresenta as movimentações ocorridas no Patrimônio Financeiro da Entidade e o Anexo – 14 – Balanço Patrimonial – Passivo Financeiro (R\$ 2.102.180,84), em descumprimento ao artigo 92 da Lei nº 4.320/64.

A.8.3 – Demonstração das Variações Patrimoniais – ANEXO 15

A.8.3.1 - Divergência de R\$ 369,44, entre a Receita de Dívida Ativa demonstrada nos Anexos 2 e 10 que compõem o Balanço Anual de 2009, e o oriundo da Demonstração das Variações Patrimoniais constantes do Anexo 15, em desconformidade com o disposto nos artigos 104 e 105 da Lei Federal nº 4.320/64.

Conforme o apurado nos itens A.2.2.5 e A.4.5, deste relatório, com base no Demonstrativo da Receita segundo as Categorias Econômicas – Anexo 02 e também no comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada – Anexo 10 do Balanço Consolidado, o Município de Governador Celso Ramos, no exercício de 2009, apresentou arrecadação a título de Dívida Ativa, o valor de **R\$ 430.463,45**.

Contudo, o valor apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais – Anexo 15, a título de cobrança da Dívida ativa foi de **R\$ 430.832,89**, indicando que para efeito do Anexo 15, foram incorporados, indevidamente, outros valores não identificados, gerando baixa indevida da conta créditos – Dívida Ativa da ordem de **R\$ 369,44**, em desconformidade com o disposto nos artigos 104 e 105 da Lei Federal nº 4.320/64.

A.8.3.2 - Divergência de R\$ 1.012.683,49 entre o saldo para o exercício seguinte da Dívida Ativa registrado no Balanço Patrimonial (R\$ 7.258,137,19) e o saldo final resultante da movimentação do exercício apurado (R\$ 8.270.820,68), em afronta aos artigos 85 e 105 da Lei nº 4.320/64

Verificou-se divergência entre a Dívida Ativa apurada de R\$ 7.258.137,19 no final do exercício e o demonstrado no Anexo 14 - Balanço Patrimonial.

| MOVIMENTAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA | Valor (R\$) |
|--|---------------------|
| Saldo do Exercício Anterior | 5.199.498,51 |
| Recebimento de Dívida Ativa | 430.832,89 |
| Dívida Ativa - Inscrição (VAIEO) | 3.502.155,06 |
| Saldo para o Exercício Seguinte (Apurado) | 8.270.820,68 |
| Dívida Ativa – ANEXO 14 | 7.258.137,19 |
| Divergência Verificada | 1.012.683,49 |

Assim, constatado divergência entre o saldo apurado pela movimentação e o demonstrado no Balanço Patrimonial, em descumprimento dos artigos 85 e 105 da Lei nº 4.320/64.

A.8.4 – Exame das Informações Enviadas Eletronicamente por Intermédio do Sistema e-Sfinge.

A.8.4.1 - Remessa irregular das informações relativas às despesas com educação realizadas no exercício de 2009 (Função 12 – Educação), por meio do Sistema e-Sfinge, em afronta aos artigos 3º e 4º da Lei Complementar Estadual nº 202/2000 c/c os artigos 3º e 5º da Instrução Normativa nº TC-04/2004 alterada pela Instrução Normativa nº TC-01/2005

O município deixou de informar para o exercício de 2009, via Sistema e-Sfinge, a classificação por fonte de recurso 19, das despesas com educação empenhadas com recursos do FUNDEB conforme anexo VII, em desacordo aos artigos 3º e 4º Lei Complementar Estadual nº 202/2000 c/c os artigos 3º e 5º da Instrução Normativa nº TC-04/2004, alterada pela Instrução Normativa nº TC-01/2005.

A.8.5 - Balanço Geral do Município (Consolidado), não demonstrando adequadamente a situação financeira, orçamentária e patrimonial do exercício, em virtude das inúmeras divergências contábeis apuradas, em desacordo ao estabelecido nos artigos 101 a 105 da Lei nº 4.320/64 e no artigo 53 da Lei Complementar Estadual nº 202/2000 - Lei Orgânica do TCE/SC

Na análise das contas prestadas pelo Prefeito, verificou-se que o Balanço Geral do Município (Consolidado), não apresenta adequadamente a composição financeira, orçamentária e patrimonial do exercício, vez que não foram observados princípios fundamentais de contabilidade aplicáveis à Administração Pública. Tal fato resta caracterizado pela análise dos demonstrativos contábeis remetidos a este Tribunal. Salienta-se as divergências de natureza contábil relacionadas nos itens **A.8.1.3, A.8.1.4, A.8.2.1, A.8.2.2, A.8.2.3, A.8.2.4, A.8.3.1 e A.8.3.2**, deste Relatório.

CONCLUSÃO

Considerando que a CONSTITUIÇÃO FEDERAL - art. 31, § 1º e § 2º, a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL - art. 113 e a Lei Complementar nº 202/2000, de 15/12/2000 (L.O./TC-SC) - arts. 50 e 59, estabeleceram acerca do controle externo das contas de municípios e da competência do Tribunal de Contas para este fim;

Considerando que a apreciação das contas do Prefeito Municipal tomou por base os dados e informações exigidos pelo art. 22 da Res. TC – 16/94 c/c o art. 22 da Instrução Normativa nº 02/2001, bem como, a Instrução Normativa nº 04/2004, art. 3º, I, remetidos bimestralmente por meio eletrônico e Balanço Anual por meio documental, cuja análise foi efetuada por amostragem, conforme técnicas apropriadas de auditoria, que prevêm inclusive a realização de inspeção 'in loco', conforme o caso; e que o exame procedido fundamentou-se em documentação apresentada, de veracidade ideológica apenas presumida, a qual poderá o Tribunal de Contas - a qualquer época e desde que venha a ter ciência de ato ou fato que a desabone - reapreciar, reformular seu entendimento e emitir novo pronunciamento a respeito;

Considerando que o exame das contas em questão não envolve o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representações e

outras, que devem integrar processos específicos, a serem submetidos a apreciação deste Tribunal de Contas;

Considerando que o julgamento das contas de gestão do Prefeito Municipal, pela Colenda Câmara de Vereadores, não envolve exame da responsabilidade de administradores municipais, inclusive do Prefeito, quanto a atos de competência do exercício em causa, que devem ser objeto de exame em processos específicos;

Considerando o exposto e mais o que dos autos consta, a Diretoria de Controle dos Municípios, por sua Divisão de Contas Municipais respectiva, entende que - para efeito de emissão de PARECER PRÉVIO a que se refere o art. 50 da Lei Complementar nº 202/2000 - referente às contas do exercício de 2009 do **Município de Governador Celso Ramos**, consubstanciadas nos dados bimestrais remetidos eletronicamente e no Balanço Geral (da Prefeitura e Consolidado) remetido documentalmente, à vista do exame procedido, apresenta as restrições seguintes, relativas ao Poder Executivo:

A. RESTRIÇÃO DE ORDEM CONSTITUCIONAL:

A.1. Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino no valor de **R\$ 3.171.188,28**, representando **24,60%** da receita com impostos incluídas as transferências de impostos (R\$ 12.892.540,12), quando o percentual constitucional de 25% representaria gastos da ordem de R\$ 3.223.135,03, configurando, portanto, aplicação a **MENOR** de R\$ 51.946,75 ou 0,40%, em descumprimento ao artigo 212 da Constituição Federal (Item A.5.1.1.1, deste Relatório).

B. RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL:

B.1. Balanço Geral do Município (Consolidado), não demonstrando adequadamente a situação financeira, orçamentária e patrimonial do exercício, em virtude das inúmeras divergências contábeis apuradas, em desacordo ao estabelecido nos artigos 101 a 105 da Lei nº 4.320/64 e no artigo 53 da Lei Complementar Estadual nº 202/2000 - Lei Orgânica do TCE/SC. (Item A.8.5);

B.2. Déficit de execução orçamentária do Município (Consolidado) ajustado na ordem de **R\$ 1.170.327,04**, representando **4,58%** da receita arrecadada do Município no exercício em exame, o que equivale a 0,55 arrecadação mensal – média mensal do exercício, em desacordo com o artigo

48, “b” da Lei Federal nº 4.320/64 e artigo 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF. (Item A.2.a);

B.3. Déficit de execução orçamentária da Unidade Prefeitura (orçamento centralizado) da ordem de **R\$ 581.993,76**, representando **2,28%** da sua receita arrecadada no exercício em exame, o que equivale a 0,36 arrecadação mensal - média mensal do exercício, em desacordo ao artigo 48, “b” da Lei nº 4.320/64 e artigo 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF. (Item A.2.b);

B.4. Déficit financeiro do Município (Consolidado) ajustado da ordem de **R\$ 728.172,78**, resultante do déficit orçamentário ocorrido no exercício em exame e demais irregularidades na composição do Patrimônio Financeiro, correspondendo a **2,85%** da Receita Arrecadada do Município no exercício em exame (R\$ 25.562.194,04) e, tomando-se por base a arrecadação média mensal do exercício em questão, equivale a 0,34 arrecadação mensal, em desacordo ao artigo 48, “b” da Lei nº 4.320/64 e artigo 1º da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF. (Item A.4.2.1.a);

B.5. Despesas com Pessoal do PODER EXECUTIVO no valor de R\$ 10.193.597,24, representando **56,02%** da Receita Corrente Líquida (R\$ 18.196.585,20), quando o percentual máximo de 54% representaria gastos na ordem de R\$ 9.826.156,01, configurando, portanto, aplicação a MAIOR de R\$ 367.441,23 ou 2,02% em descumprimento ao artigo 20, III, ‘b’ da Lei Complementar nº 101/2000, ressalvado o disposto nos artigos 23 e 66 da citada lei. (Item A.5.3.2.1);

B.6. Ausência de abertura de crédito adicional no 1º trimestre de 2009 e consequente não realização da despesa com o saldo remanescente dos recursos do FUNDEB do exercício de 2008 (R\$ 54.068,22), em descumprimento ao artigo 21, § 2º da Lei Federal nº 11.494/2007. (Item A.5.1.4.1);

B.7. Lei Orçamentária Anual elaborada em desconformidade com o estabelecido pela Port. nº 339, de 29/08/2001 da STN, bem como ao disposto no art. 6º, § 1º da Lei nº 4.320/64. (Item A.8.1.2);

B.8. Ausência de Contabilização junto ao Anexo 10 da Lei nº 4.320/64, que compõem o Balanço Anual de 2009, dos 20% (R\$ 6.012,52) retidos automaticamente das Receitas de Transferências do Estado - IPI sobre as exportações para formação do FUNDEB, em desacordo aos artigos 2º e 3º da Portaria Conjunta da STN/SOF nº 3/08 c/c com o disposto no artigo 83 da Lei nº 4.320/64. (Item A.8.1.4);

B.9. Remessa irregular das informações relativas às despesas com educação realizadas no exercício de 2009 (Função 12 – Educação), por meio do Sistema e-Sfinge, em afronta aos artigos 3º e 4º da Lei Complementar

Estadual nº 202/2000 c/c os artigos 3º e 5º da Instrução Normativa nº TC-04/2004 alterada pela Instrução Normativa nº TC-01/2005. (item A.8.4.1);

B.10. Divergência de R\$ 1.012.683,49 entre o saldo para o exercício seguinte da Dívida Ativa registrado no Balanço Patrimonial (R\$ 7.258,137,19) e o saldo final resultante da movimentação do exercício apurado (R\$ 8.270.820,68), em afronta aos artigos 85 e 105 da Lei nº 4.320/64. (item A.8.3.2);

B.11. Despesas realizadas no valor de R\$ 236.052,81 registradas incorretamente no que tange informação da origem dos recursos, especificamente a codificação da especificação da Fonte de Recursos, bem como a inscrição em Restos a Pagar Processados, no montante de R\$ 64.998,98, sem a cobertura financeira da referida fonte de recursos no exercício de 2009, em desatenção às orientações contidas nos Manuais da Receita e Despesa editados pela Portaria Conjunta STN/SOF N. 3 de 14/10/2008, e ainda, em desacordo ao art. 85 da Lei Federal n. 4.320/64. (Item A.5.1.3.1);

B.12. Divergência de R\$ 4.755,82, entre a Despesa Orçamentária registrada na Função Legislativa no Balanço Consolidado do Município (R\$ 775.552,22) e o registrado no Balanço da Unidade Câmara Municipal (R\$ 770.796,40) – PCA 10/00219990, incorrendo no descumprimento do art. 85 da Lei n. 4.320/64. (item A.8.1.3);

B.13. Divergência no valor de R\$ 223.011,30, entre o saldo patrimonial demonstrado no Balanço Patrimonial, Anexo 14 (R\$ 16.490.952,61) e o apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais, Anexo 15 (R\$ 16.713.963,91), em desacordo ao art. 105 da Lei nº 4.320/64. (Item A.8.2.1);

B.14. O saldo dos Restos a Pagar para o exercício difere do saldo anterior mais/menos movimentações (entradas e saídas registradas no Balanço Financeiro), no valor de R\$ 357,71, em desacordo com o previsto nos artigos 85 e 103 da Lei nº 4.320/64. (Item A.8.2.2);

B.15. Divergência de R\$ 8.372,97, entre o saldo apresentado no Balanço Patrimonial a título de Restos a Pagar (R\$ 1.654.145,95) e o apurado pela movimentação no Balanço Financeiro (R\$ 1.662.518,92), em descumprimento aos artigos 85, 92, 103 e 105 das normas contábeis previstas na lei nº 4.320/64. (Item A.8.2.3);

B.16. Divergência entre os saldos apresentados na Demonstração da Dívida Flutuante – Anexo 17 (R\$ 1.996.907,76), e o registrado no Balanço Patrimonial - Anexo 14 - Passivo Financeiro (R\$ 2.102.180,84), em descumprimento aos artigos 85, 92, 104 e 105 das normas contábeis previstas na Lei nº 4.320/64. (Item A.8.2.4);

B.17. Divergência de R\$ 369,44, entre a Receita de Dívida Ativa demonstrada nos Anexos 2 e 10 que compõem o Balanço Anual de 2009, e o oriundo da Demonstração das Variações Patrimoniais constantes do Anexo 15, em desconformidade com o disposto nos artigos 104 e 105 da Lei Federal nº 4.320/64. (item A.8.3.1).

C. RESTRIÇÕES DE CARÁTER REGULAMENTAR:

C.1. Ausência de remessa do Relatório de Controle Interno referente ao 1º bimestre de 2009, em descumprimento ao art. 5º, § 3º, da Resolução nº TC-11/2004. (Item A.7.1);

C.2. Remessa dos Relatórios de Controle Interno de forma genérica, com ausência de análise sobre a execução orçamentária, dos atos e fatos contábil e a indicação das possíveis falhas, irregularidades ou ilegalidades, em desacordo ao disposto no art. 5º, § 3º da Res. nº TC - 16/94, alterada pela Resolução nº TC - 11/2004; (Item A.7.2);

C.3. Relatórios do Controle Interno sem informações do Poder Legislativo, em descumprimento ao art. 5º, § 3º da Res. nº TC - 16/94, alterada pela Resolução nº TC - 11/2004. (Item A.7.3).

D. RESTRIÇÃO DE CARÁTER TÉCNICO FORMAL:

D.1. Divergência de R\$ 642.000,00, entre os créditos adicionais (R\$ 8.447.059,44) e o total dos recursos para abertura de créditos adicionais (R\$ 9.089.059,44), informados pela unidade através do Sistema e-Sfinge. (Item A.8.2).

E. DA GESTÃO ANTERIOR COM REFLEXOS NA GESTÃO ATUAL:

E.1. Ausência de Audiência Pública para elaboração e discussão do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias, em desacordo ao parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000.(Item A.1.2.2.1);

E.2. Ausência de Audiência Pública para elaboração e discussão do Projeto da Lei Orçamentária Anual, em desacordo ao parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000.(Item A.1.2.3.1).

Diante das restrições evidenciadas, entende esta Diretoria que possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir sobre as providências que devam ser tomadas a respeito das restrições remanescentes e, ainda:

I - RECOMENDAR à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;

II - RECOMENDAR a adoção de providências com vistas à correção das deficiências de natureza contábil constantes dos itens **A.5, A.10, A.11, A.12, A.13, A.14, A.15, A.16, A.18, A.19, A.21 e C.1** do corpo deste Relatório.

III - SOLICITAR à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, do Prefeito Municipal, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

IV - RESSALVAR que o processo **PCA 10/00230888**, relativo à Prestação de Contas do Presidente da Câmara de Vereadores (gestão 2009), encontra-se em tramitação neste Tribunal, pendente de decisão final.

É o Relatório.

DMU/DCM 4 em 10/09/2010.

Paulo Gustavo Capre
Auditor Fiscal de Controle Externo

Sabrina Maddalozzo Pivatto
Auditora Fiscal de Controle Externo
Chefe de Divisão

DE ACORDO

Em.../09/2010

Paulo César Salum
Coordenador de Controle
Inspetoria 2

ANEXO I

Despesas EXCLUÍDAS do cálculo do ensino por não serem consideradas como Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – Fundamental, para fins de apuração

Unidade Gestora : Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos

Fonte de Recursos: 0- Recursos Ordinários

Função: 12- Educação

Sub Função: 361 – Ensino Fundamental

| NE | Data Empenho | Credor | Nr. Licitação | Vi. Empenho (R\$) | Vi. Liquidado (R\$) | Vi. Pago (R\$) | Histórico |
|------|--------------|--|---------------|-------------------|---------------------|----------------|---|
| 1370 | 2/6/2009 | ARLI JOSE SAGAS | | 450,00 | 450,00 | 450,00 | PELO ADIANTAMENTO DA DESPESA CONCEDIDO AO SR. ARLI JOSE SAGAS, PARA DESPESAS COM LAVAGEM DO UNIFORME DA FANFARRA MUNICIPAL-FAMUGOV, CONFORME SOLICITAÇÃO EM ANEXO. |
| 1631 | 23/7/2009 | ARLI JOSE SAGAS | | 800,00 | 800,00 | 800,00 | PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A 02 DIARIAS AO SR. ARLI JOSÉ SAGAS (DIRETOR DE CULTURA) REFERENTE VIAGEM À PORTO BELO-SC, COM OBJETIVO DE PARTICIPAR DO 31º ENCONTRO REGIONAL DO NEMU/UFSC ENTRE OS DIAS 02 A 05 DE AGOSTO. CEF LEI NR 91/01 DE 28/08/01 E ROTEIRO DE VIAGEM EM ANEXO. |
| 1586 | 7/7/2009 | ARLI JOSE SAGAS | | 865,00 | 865,00 | 865,00 | PELO ADIANTAMENTO DA DESPESA CONCEDIDO AO SR. ARLI JOSE SAGAS, PARA DESPESAS REFERENTE A AQUISIÇÃO DE 40 PARES DE SAPATOS PARA USO DA FANFARRA MUNICIPAL-FAMUGOV, CONFORME SOLICITAÇÃO EM ANEXO. |
| 2016 | 1/9/2009 | ARLI JOSE SAGAS | | 800,00 | 800,00 | 800,00 | PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A VIAGEM PARA PARTICIPAR DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA PARA O ANO DE 2010. CONFORME ROTEIRO DE VIAGEM EM ANEXO. |
| 2021 | 1/9/2009 | ASSOCIAÇÃO DE BANDAS E FANFARRAS DO VALE EUROPEU | | 600,00 | 600,00 | 600,00 | PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE AO PAGAMENTO À INSCRIÇÃO DO 1º CONCURSO DE BANDAS E FANFARRAS CIDADE DE AGRÔNOMO QUE ACONTECERÁ NO DIA 19 DE SETEMBRO DE 2009, CONFORME COMUNICAÇÃO INTERNA Nº419/2009. |
| 2377 | 11/11/2009 | BRASIL SUL LINHAS RODOVIÁRIAS LTDA | | 1.500,00 | 1.500,00 | | PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE LOCAÇÃO DE ÔNIBUS DE GOVERNADOR CELSO RAMOS À GUARAMIRIM, PARA TRANSPORTE DE INTEGRANTES DA FANFARRA MUNICIPAL AO 04º CAMPEONATO ESTADUAL DE FANFARRAS, QUE ACONTECERÁ NOS DIAS 14 E 15 DE NOVEMBRO DE 2009. CFE. AF Nº1025/2009. |
| 2045 | 8/9/2009 | CARLOS ERNANI BOMM - EPP | | 3.970,00 | | | PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE AQUISIÇÃO DE SACOLAS TIPO ECOLÓGICA, ESTAMPADAS COM SERIGRAFIA DO LOGOTIPO DO PROJETO CONHECER PARA PRESERVAR. CFE. AF Nº77/2009. |
| 1608 | 13/7/2009 | ELIZANGELA ARCILEA SOARES | | 358,50 | 358,50 | 358,50 | PELO ADIANTAMENTO DA DESPESA CONCEDIDA A SRA. ELIZANGELA ARCILEA SOARES, REFERENTE A DESPESAS COM PASSADEIRA LOGA ANTI SLIP PARA USO NOS PAÍÇ 'S NAS AULAS DE IOGA. CFE COMUNICAÇÃO INTERNA Nº 327/2009 EM ANEXO. |
| 1556 | 26/6/2009 | MAN D. CONFEÇÕES | 59/2009 | 6.056,00 | 6.056,00 | 6.056,00 | PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA A FANFARRA E ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO CONFORME PROCESSO LICITATORIO Nº59/2009 DE 26/06/2009. |
| 1588 | 7/7/2009 | MARIA SANTANA COELHO | | 576,00 | 576,00 | 576,00 | PELO ADIANTAMENTO DA DESPESA REFERENTE A DESPESA DE INSCRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO DOS ALUNOS DA FANFARRA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS-FAMUGOV, NO CAMPEONATO DE BANDAS E FANFARRAS, QUE ACONTECERÁ NO DIA 11/07/2009 EM GASPAR-SC E NO DIA 12/07/2009 EM SÃO JOÃO BATISTA. CFE COMUNICAÇÃO INTERNA EM ANEXO. |
| 2376 | 11/11/2009 | PAULOTUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA | | 1.500,00 | 1.500,00 | | PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE LOCAÇÃO DE ÔNIBUS DE GOVERNADOR CELSO RAMOS À GUARAMIRIM, PARA TRANSPORTE DE INTEGRANTES DA FANFARRA MUNICIPAL AO 04º CAMPEONATO ESTADUAL DE FANFARRAS, QUE ACONTECERÁ NOS DIAS 14 E 15 DE NOVEMBRO DE 2009. CFE. AF Nº1026/2009. |
| 1763 | 28/7/2009 | SECRETARIA EDUCAÇÃO ADMINISTRAÇÃO/FP | | 1.522,94 | 1.522,94 | 1.522,94 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE A FOLHA PROCESSADA (ABONO PASEP) DA SECRETARIA EDUCAÇÃO ADMINISTRAÇÃO REFERENTE AO MES DE JULHO 2009. |

| | | | | | | | |
|------|-----------|--|--|----------|----------|----------|---|
| 1762 | 28/7/2009 | SECRETARIA EDUCAÇÃO PRE ESCOLAR/FP | | 544,88 | 544,88 | 544,88 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE A FOLHA PROCESSADA (ABONO PASEP) DA SECRETARIA EDUCAÇÃO PRE ESCOLAR/FP REFERENTE AO MES DE JULHO 2009. |
| 1766 | 28/7/2009 | SECRETARIA ENSINO FUNDAMENTAL- ACTS/FP | | 2.829,92 | 2.829,92 | 2.829,92 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE A FOLHA PROCESSADA (ABONO PASEP) DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL-ACTS REFERENTE AO MES DE JULHO 2009. |
| 1767 | 28/7/2009 | SERVENTES MERENDEIRAS PRE ESCOLAR- ACTS/FP | | 2.325,00 | 2.325,00 | 2.325,00 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE A FOLHA PROCESSADA (ABONO PASEP) DA SECRETARIA EDUCAÇÃO SERVENTES MERENDEIRAS PRE ESCOLAR- ACTS REFERENTE AO MES DE JULHO 2009. |
| 1764 | 28/7/2009 | SERVENTES MERENDEIRAS PRE ESCOLAR/FP | | 3.255,00 | 3.255,00 | 3.255,00 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE A FOLHA PROCESSADA (ABONO PASEP) DA SECRETARIA SERVENTES E MERENDEIRAS PRE ESCOLAR REFERENTE AO MES DE JULHO 2009. |

Total 27.953,24

ANEXO II

Detalhe do Balancete do Razão

Detalhe do Balancete do Razão

| Descrição | Saldo Inicial Devedor | Saldo Inicial Credor | Movimento Débito Até Bimestre | Movimento Crédito Até Bimestre | Movimento Débito No Bimestre | Movimento Crédito No Bimestre | Movimento Débito Acumulado | Movimento Crédito Acumulado | Saldo Final Devedor | Saldo Final Credor |
|---|-----------------------|----------------------|-------------------------------|--------------------------------|------------------------------|-------------------------------|----------------------------|-----------------------------|---------------------|--------------------|
| APLICACAO FINANCEIRA - FUNDEB C/C 019.287-2 | 53.962,58 | - | 3.430.834,71 | 3.469.045,75 | 458.024,13 | 471.400,00 | 3.888.858,84 | 3.940.445,75 | 2.375,67 | - |
| APLICACAO FINANCEIRA - C/C 058.022-8 | 105,64 | - | - | 105,64 | - | - | - | 105,64 | - | - |

Total de Recursos final Exercício: R\$ 2.375,67

ANEXO III

RESTOS A PAGAR COM RECURSOS FINANCEIROS DO FUNDEB

| Data de Emissão do Empenho | Número Empenho | Ano | Credor | Restos a Pagar Processado Valor (R\$) | Restos a Pagar não Processado Valor (R\$) | Unidade Orçamentária | Especificação da Destinação | Função | SubFunção |
|----------------------------|------------------|------|--|---------------------------------------|---|----------------------|-----------------------------|--------|-----------|
| 27/1/2009 | <u>165/2009</u> | 2009 | UNIVALI UNIV.DO VALE DO ITAJAI | 1.845,60 | | 601 | 18 | 12 | 361 |
| 3/4/2009 | <u>869/2009</u> | 2009 | INSS | 643,16 | | 601 | 18 | 12 | 361 |
| 11/5/2009 | <u>1139/2009</u> | 2009 | BALDANÇA SUPERMERCADOS LTDA ME | 317,40 | 14.563,65 | 601 | 18 | 12 | 361 |
| 11/5/2009 | <u>1140/2009</u> | 2009 | JAIR OLIVEIRA JUNIOR ME | 1.154,05 | 3.973,65 | 601 | 18 | 12 | 361 |
| 2/6/2009 | <u>1368/2009</u> | 2009 | RDK E SERVIÇOS EM INFORMATICA LTDA - ME | | 796,00 | 601 | 18 | 12 | 361 |
| 24/9/2009 | <u>2199/2009</u> | 2009 | INSS | 18.539,48 | | 601 | 18 | 12 | 361 |
| 4/11/2009 | <u>2364/2009</u> | 2009 | BRASIL TELECOM S.A. | 267,78 | | 601 | 18 | 12 | 361 |
| 18/11/2009 | <u>2389/2009</u> | 2009 | DUSOM SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO LTDA-ME | 1.649,00 | | 601 | 18 | 12 | 361 |
| 26/11/2009 | <u>2497/2009</u> | 2009 | DELTACOMP COMERCIO E SERVIÇO DE INFORMATICA LTDA M | 75,00 | | 601 | 18 | 12 | 361 |
| 26/11/2009 | <u>2498/2009</u> | 2009 | DELTACOMP COMERCIO E SERVIÇO DE INFORMATICA LTDA M | 25,00 | | 601 | 18 | 12 | 361 |
| 26/11/2009 | <u>2499/2009</u> | 2009 | DELTACOMP COMERCIO E SERVIÇO DE INFORMATICA LTDA M | 303,30 | | 601 | 18 | 12 | 361 |
| 26/11/2009 | <u>2500/2009</u> | 2009 | DELTACOMP COMERCIO E SERVIÇO DE INFORMATICA LTDA M | 141,25 | | 601 | 18 | 12 | 361 |
| 26/11/2009 | <u>2501/2009</u> | 2009 | DELTACOMP COMERCIO E SERVIÇO DE INFORMATICA LTDA M | | 234,70 | 601 | 18 | 12 | 361 |
| 26/11/2009 | <u>2502/2009</u> | 2009 | ELO MOVEIS LTDA - ME - MONDEL MOVEIS | 596,00 | | 601 | 18 | 12 | 361 |
| 31/12/2009 | <u>2678/2009</u> | 2009 | BIGUACU-TRANSP.COLET., ADM. E PART. LTDA | 10.390,00 | | 601 | 18 | 12 | 361 |
| 31/12/2009 | <u>2679/2009</u> | 2009 | 14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A | | 9.483,96 | 601 | 18 | 12 | 361 |

Total de Restos a Pagar Não Processados: R\$ 29.051,96

Total de Restos a Pagar Processados: R\$ 35.947,02

Total de Restos a Pagar: R\$ 64.998,98

ANEXO IV

Despesas reclassificadas por não serem consideradas como Indenizações Trabalhistas

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos

Competência: 01/2009 à 06/2009

Item: 3.1.90.94

| NE | Data Empenho | Credor | Nr. Licitação | VI. Empenho (R\$) | VI. Liquidado (R\$) | VI. Pago (R\$) | Histórico |
|------|--------------|---|---------------|-------------------|---------------------|----------------|---|
| | 27/7/2009 | CLEIDE MARLETE VENANCIO ALVES/RESCISÃO | | 212,24 | 212,24 | 212,24 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE A RESCISAO DO CONTRATO DE TRABALHO DA FUNCIONARIA CLEIDE MARLETE VENANCIO ALVES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. CONFORME TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO EM ANEXO. |
| 2107 | 24/9/2009 | CONSELHO TUTELAR/FP | | 10.758,24 | 10.758,24 | 10.758,24 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE A FOLHA DE PAGAMENTO DA SECRETARIA DE CONSELHO TUTELAR REF.AO MÊS DE SETEMBRO/2009. |
| 939 | 23/4/2009 | EDUCAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL-ACTS /FP | | 253,01 | 253,01 | 253,01 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FERIAS PROPORCIONAL RESCISÃO E 1/3 FERIAS PROPORCIONAL RESCISÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO PROCESSADA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO/ENSINO FUNDAMENTAL-ACTS RELATIVO AO MÊS DE ABRIL/2009. |
| 2095 | 22/9/2009 | FRANCISCO MARIA FILHO / RESCISÃO | | 9.030,24 | 9.030,24 | 9.030,24 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE A RESCISAO DO CONTRATO DE TRABALHO DO FUNCIONARIO FRANCISCO MARIA FILHO DA SECRETARIA DE OBRAS. CONFORME TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO EM ANEXO. |
| 182 | 28/1/2009 | GABINETE DO PREFEITO /FP | | 13.222,73 | 13.222,73 | 13.222,73 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA DE PAGAMENTO (FERIAS PROPORCIONAIS RESCISÃO, FERIAS VENCIDAS RESCISÃO, 1/3 FERIAS PROPORCIONAIS RESCISÃO E 1/3 FERIAS VENCIDAS RESCISÃO) DO GABINETE DO PREFEITO RELATIVO AO MÊS JANEIRO 2009. |
| 1923 | 26/8/2009 | INFRA-ESTRUTURA E SERV. PÚBLICO/FP | | 9.461,85 | 9.461,85 | 9.461,85 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE A 96 FÉRIAS PROPORCIONAIS RESCISÃO, 97 FÉRIAS VENCIMENTO RESCISÃO, 98 FERIAS EM DOBRO RESCISÃO,99 1/3 FÉRIAS PROPORCIONAIS RESCISÃO, 100 1/3 FÉRIAS VENCIDAS RESCISÃO, 101 1/3 FÉRIAS INDENIZADAS RESCISÃO E 107 VANTAGENS FÉRIS VENCIDAS RESCISÃO. FOLHA PROCESSADA DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E SERV. PÚBLICOS. RELATIVO AO MÊS DE AGOSTO 09. |
| 1651 | 27/7/2009 | JEANE TEREZINHA TEIXEIRA/ RESCISÃO | | 674 | 674 | 674 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE A RESCISAO DO CONTRATO DE TRABALHO DA FUNCIONARIA JEANE TEREZINHA TEIXEIRA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. CONFORME TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO EM ANEXO. |
| 1657 | 27/7/2009 | MARIA DAS GRAÇAS DOS SANTOS CABRAL/RESCISÃO | | 181,38 | 181,38 | 181,38 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE A RESCISAO DO CONTRATO DE TRABALHO DA FUNCIONARIA MARIA DAS GRAÇAS DOS SANTOS CABRAL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. CONFORME TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO EM ANEXO. |
| 1648 | 27/7/2009 | MARINESIA VALDA SOARES / RESCISÃO | | 712,66 | 712,66 | 712,66 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE A RESCISAO DO CONTRATO DE TRABALHO DA FUNCIONARIA MARINESIA VALDA SOARES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. CONFORME TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE |

| | | | | | | |
|-------------|------------|--|-----------|-----------|-----------|---|
| | | | | | | TRABALHO EM ANEXO. |
| <u>1653</u> | 27/7/2009 | MARIZETE JULITA SOARES / RESCISÃO | 408,28 | 408,28 | 408,28 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE A RESCISAO DO CONTRATO DE TRABALHO DA FUNCIONARIA MARIZETE JULITA SOARES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. CONFORME TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO EM ANEXO. |
| <u>258</u> | 28/1/2009 | PROGRAMA BOLSA FAMILIA /FP | 956,91 | 956,91 | 956,91 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA DE PAGAMENTO (FERIAS PROPORCIONAIS RESCISÃO E 1/3 FERIAS PROPORCIONAIS RESCISÃO) DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA REFERENTE AO MÊS JANEIRO 2009. |
| <u>1649</u> | 27/7/2009 | ROSIMAR NILDA DE OLIVEIRA / RESCISÃO | 345,92 | 345,92 | 345,92 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE A RESCISAO DO CONTRATO DE TRABALHO DA FUNCIONARIA ROSIMAR NILDA DE OLIVEIRA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. CONFORME TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO EM ANEXO. |
| <u>2265</u> | 27/10/2009 | SEC. EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL - ACTS/FP | 683,18 | 683,18 | 683,18 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE A FOLHA DE PAGAMENTO, DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL - ACTS.REF.MÊS DE OUTUBRO/2009. |
| <u>2182</u> | 24/9/2009 | SEC. EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL - ACTS/FP | 1.194,80 | 1.194,80 | 1.194,80 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE A FOLHA DE PAGAMENTO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL - ACTS. REF.MÊS DE SETEMBRO/2009. |
| <u>2649</u> | 29/12/2009 | SEC. EDUCAÇÃO - PRÉ-ESCOLAR - ACTS/FP | 9.746,63 | 9.746,63 | 9.746,63 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE A FOLHA PROCESSADA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO-PRÉ-ESCOLAR - ACTS. RELATIVO AO MÊS DE DEZEMBRO/2009. |
| <u>184</u> | 28/1/2009 | SEC. EDUCAÇÃO/AD MINISTRAÇÃO/ACT'S/FP | 410,6 | 410,6 | 410,6 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FÉRIAS PROPORCIONAIS E 1/3 FÉRIAS PROPORCIONAIS (RESCISÃO), CONFORME FOLHA PROCESSADA, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO-ACT'S. JANEIRO/2009. |
| <u>206</u> | 28/1/2009 | SEC. EDUCAÇÃO/AD MINISTRAÇÃO/FP | 12.292,55 | 12.292,55 | 12.292,55 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FÉRIAS PROPORCIONAIS NA RESCISÃO, FÉRIAS VENCIDAS NA RESCISÃO, E 1/3 FÉRIAS PROPORCIONAIS NA RESCISÃO, CONFORME FOLHA PROCESSADA, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO-ADMINISTRAÇÃO. JANEIRO/2009. |
| <u>544</u> | 26/2/2009 | SEC. EDUCAÇÃO/ENSINO FUNDAMENTAL/ACT'S /FP | 736,31 | 736,31 | 736,31 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA DE PAGAMENTO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO/ENSINO FUNDAMENTAL/ACT'S RELATIVO AO MÊS DE FEVEREIRO/2009, CONFORME FOLHA PROCESSADA. |
| <u>214</u> | 28/1/2009 | SEC. EDUCAÇÃO/ENSINO FUNDAMENTAL/FP | 3.533,19 | 3.533,19 | 3.533,19 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FÉRIAS PROPORCIONAIS E 1/3 FÉRIAS PROPORCIONAIS (RESCISÃO), CONFORME FOLHA PROCESSADA, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO-ENSINO FUNDAMENTAL. JANEIRO/2009. |
| <u>232</u> | 28/1/2009 | SEC. EDUCAÇÃO/PRÉ-ESCOLAR/FP | 2.783,72 | 2.783,72 | 2.783,72 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FÉRIAS PROPORCIONAIS, 1/3 FÉRIAS PROPORCIONAIS, FÉRIAS VENCIDAS E 1/3 DE FÉRIAS VENCIDAS (RESCISÃO), CONFORME FOLHA PROCESSADA, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO-PRÉ-ESCOLAR. JANEIRO/2009. |

| | | | | | | | |
|------|------------|---|--|-----------|-----------|-----------|---|
| 2323 | 28/10/2009 | SEC. INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS/FP | | 2.870,92 | 2.870,92 | 2.870,92 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE A FOLHA DE PAGAMENTO, DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS .REF.MÊS DE OUTUBRO/2009. |
| 2621 | 29/12/2009 | SEC.ADMINISTRAÇÃO /FP | | 1.940,28 | 1.940,28 | 1.940,28 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE A FOLHA PROCESSADA DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO. RELATIVO AO MÊS DE DEZEMBRO/2009. |
| 2110 | 24/9/2009 | SEC.BEM ESTAR E DA JUVENTUDE/FP | | 821,21 | 821,21 | 821,21 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE A FOLHA DE PAGAMENTO (RESCISÃO) DA SECRETARIA DO BEM ESTAR E DA JUVENTUDE REF.AO MÊS DE SETEMBRO/2009. |
| 2128 | 24/9/2009 | SEC.DE INFRA ESTRUTURA/FP | | 3.627,69 | 3.627,69 | 3.627,69 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE A FOLHA DE PAGAMENTO (RESCISÃO) DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PUBLICOS REF.AO MÊS DE SETEMBRO/2009. |
| 2486 | 25/11/2009 | SEC.EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL - ACTS/FP | | 151,81 | 151,81 | 151,81 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE A FOLHA PROCESSADA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL - ACTS/FP. RELATIVO AO MÊS DE NOVEMBRO/2009. |
| 2280 | 28/10/2009 | SEC.EDUCAÇÃO - FUNDEB 40%/FP | | 1.337,23 | 1.337,23 | 1.337,23 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE A FOLHA DE PAGAMENTO, DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - FUNDEB 40%.REF.MÊS DE OUTUBRO/2009. |
| 1508 | 23/6/2009 | SEC.EDUCAÇÃO ENSI NO FUNDAMENTAL- ACTS/FP | | 136,63 | 136,63 | 136,63 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE A FOLHA PROCESSADA (RESCISÃO) DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (ENSINO FUNDAMENTAL)RELATIVO AO MÊS DE JUNHO/2009. |
| 1739 | 28/7/2009 | SEC.EDUCAÇÃO ENSI NO FUNDAMENTAL- ACTS/FP | | 657,86 | 657,86 | 657,86 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE A FOLHA PROCESSADA (RESCISÃO) DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL-ACTS RELATIVO AO MÊS DE JULHO 09. |
| 1731 | 28/7/2009 | SEC.EDUCAÇÃO ENSI NO FUNDAMENTAL/FP | | 640,75 | 640,75 | 640,75 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE A FOLHA PROCESSADA (RESCISÃO) DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL RELATIVO AO MÊS DE JULHO 09. |
| 2194 | 24/9/2009 | SEC.EDUCAÇÃO FUN DEB 40%/FP | | 1.839,44 | 1.839,44 | 1.839,44 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE A FOLHA DE PAGAMENTO (RESCISÃO) DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDEB 40%.REF.MÊS DE SETEMBRO/2009. |
| 1513 | 23/6/2009 | SEC.EDUCAÇÃO PRE ESCOLAR-ACTS/FP | | 151,81 | 151,81 | 151,81 | ELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE A FOLHA PROCESSADA (RESCISÃO) DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (ENSINO PRE ESCOLAR-ACTS)RELATIVO AO MÊS DE JUNHO/2009. |
| 2188 | 24/9/2009 | SEC.EDUCAÇÃO PRE ESCOLAR-ACTS/FP | | 708,47 | 708,47 | 708,47 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE A FOLHA DE PAGAMENTO (RESCISÃO) DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PRE ESCOLAR-ACTS.REF.MÊS DE SETEMBRO/2009. |
| 2473 | 25/11/2009 | SEC.EDUCAÇÃO-PRÉ-ESCOLAR - ACTS/FP | | 15.973,45 | 15.973,45 | 15.973,45 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE A FOLHA PROCESSADA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR - ACTS. RELATIVO AO MÊS DE NOVEMBRO/2009. |
| 982 | 23/4/2009 | SEC.INFRA ESTRUTU RA-ACTS /FP | | 783,89 | 783,89 | 783,89 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FERIAS PROP.RESCISÃO, FERIAS VENCIDAS RESCISÃO, 1/3 FERIAS PROP.RESCISÃO E 1/3 FERIAS VENCIDAS RESCISÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO PROCESSADA DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E SERVIÇOS PUBLICOS-ACTS RELATIVO AO MÊS DE ABRIL/2009. |
| 2135 | 24/9/2009 | SEC.INFRA ESTRUTU RA-ACTS /FP | | 6.127,35 | 6.127,35 | 6.127,35 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE A FOLHA DE PAGAMENTO (RESCISÃO) DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PUBLICOS-ACTS REF.AO MÊS DE SETEMBRO/2009. |

| | | | | | | | |
|-------------|------------|---|--|-----------|-----------|-----------|--|
| <u>1479</u> | 23/6/2009 | SEC.INFRA ESTRUTURA-ACTS/FP | | 2.003,11 | 2.003,11 | 2.003,11 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE A FOLHA PROCESSADA (RESCISÃO) DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA-ACTS REFERENTE AO MES DE JUNHO 2009. |
| <u>1287</u> | 27/5/2009 | SEC.INFRA ESTRUTURA-ACTS/FP | | 3.758,25 | 3.758,25 | 3.758,25 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE A RESCISÃO DA FOLHA PROCESSADA DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA-ACTS REFERENTE AO MES DE MAIO 2009. |
| <u>2453</u> | 25/11/2009 | SEC.INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS - ACTS/FP | | 5.704,68 | 5.704,68 | 5.704,68 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE A FOLHA PROCESSADA DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E SERV. PÚBLICOS - ACTS. RELATIVO AO MÊS DE NOVEMBRO/2009. |
| <u>2604</u> | 29/12/2009 | SEC.INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS-ACTS/FP | | 1.167,78 | 1.167,78 | 1.167,78 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE A FOLHA PROCESSADA DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS-ACTS. RELATIVO AO MÊS DE DEZEMBRO/2009. |
| <u>2125</u> | 24/9/2009 | SEC.PESCA E AGRICULTURA-ACTS/FP | | 804,44 | 804,44 | 804,44 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE A FOLHA DE PAGAMENTO (RESCISÃO) DA SECRETARIA DE PESCA E AGRICULTURA-ACTS REF.AO MÊS DE SETEMBRO/2009. |
| <u>1269</u> | 27/5/2009 | SEC.PLANEJAMENTO-ACTS/FP | | 1.646,16 | 1.646,16 | 1.646,16 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE A FOLHA PROCESSADA DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO-ACTSREFERENTE AO MES DE MAIO 2009. |
| <u>2610</u> | 29/12/2009 | SEC.TURISMO/FP | | 1.445,40 | 1.445,40 | 1.445,40 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE A FOLHA PROCESSADA DA SECRETARIA DE TURISMO. RELATIVO AO MÊS DE DEZEMBRO/2009. |
| <u>189</u> | 28/1/2009 | SECRETARIA DA FAZENDA /FP | | 11.108,16 | 11.108,16 | 11.108,16 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA DE PAGAMENTO (FERIAS PROPORCIONAIS RESCISÃO, FERIAS VENCIDAS RESCISÃO, 1/3 FERIAS PROPORCIONAIS RESCISÃO E 1/3 FERIAS VENCIDAS RESCISÃO) DA SECRETARIA DA FAZENDA RELATIVO AO MÊS JANEIRO 2009. |
| <u>197</u> | 28/1/2009 | SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO /FP | | 9.716,28 | 9.716,28 | 9.716,28 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA DE PAGAMENTO (FERIAS PROPORCIONAIS RESCISÃO, FERIAS VENCIDAS RESCISÃO, 1/3 FERIAS PROPORCIONAIS RESCISÃO E 1/3 FERIAS VENCIDAS RESCISÃO) DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO RELATIVO AO MÊS JANEIRO 2009. |
| <u>1710</u> | 28/7/2009 | SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO /FP | | 500,2 | 500,2 | 500,2 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE A FOLHA PROCESSADA (RESCISÃO) DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO REFERENTE AO MES DE JULHO 2009. |
| <u>485</u> | 26/2/2009 | SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/FP | | 916,67 | 916,67 | 916,67 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE VERBAS RESCISÓRIAS CONFORME FOLHA DE PAGAMENTO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO RELATIVO AO MÊS DE FEVEREIRO/2009. |
| <u>276</u> | 28/1/2009 | SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA /FP | | 2.449,15 | 2.449,15 | 2.449,15 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA DE PAGAMENTO (FERIAS PROPORCIONAIS RESCISÃO, FERIAS VENCIDAS RESCISÃO, 1/3 FERIAS PROPORCIONAIS RESCISÃO E 1/3 FERIAS VENCIDAS RESCISÃO) DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA, REFERENTE AO MÊS JANEIRO 2009. |
| <u>271</u> | 28/1/2009 | SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA-ACTS /FP | | 700,89 | 700,89 | 700,89 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA DE PAGAMENTO (FERIAS PROPORCIONAIS RESCISÃO, FERIAS VENCIDAS RESCISÃO, 1/3 FERIAS PROPORCIONAIS RESCISÃO E 1/3 FERIAS VENCIDAS RESCISÃO) DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA-ACTS, REFERENTE AO MÊS JANEIRO 2009. |

| | | | | | | | |
|------|-----------|--|--|----------|----------|----------|---|
| 240 | 28/1/2009 | SECRETARIA DE PESCA E AGRICULTURA /FP | | 3.600,11 | 3.600,11 | 3.600,11 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA DE PAGAMENTO (FERIAS PROPORCIONAIS RESCISÃO, FERIAS VENCIDAS RESCISÃO, 1/3 FERIAS PROPORCIONAIS RESCISÃO E 1/3 FERIAS VENCIDAS RESCISÃO) DA SECRETARIA DE PESCA E AGRICULTURA RELATIVO AO MÊS JANEIRO 2009. |
| 221 | 28/1/2009 | SECRETARIA DE PLANEJAMENTO /FP | | 5.420,24 | 5.420,24 | 5.420,24 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA DE PAGAMENTO (FERIAS PROPORCIONAIS RESCISÃO, FERIAS VENCIDAS RESCISÃO, 1/3 FERIAS PROPORCIONAIS RESCISÃO E 1/3 FERIAS VENCIDAS RESCISÃO) DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO RELATIVO AO MÊS JANEIRO 2009. |
| 251 | 28/1/2009 | SECRETARIA DE TURISMO /FP | | 9.468,71 | 9.468,71 | 9.468,71 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA DE PAGAMENTO (FERIAS PROPORCIONAIS RESCISÃO, FERIAS VENCIDAS RESCISÃO, 1/3 FERIAS PROPORCIONAIS RESCISÃO E 1/3 FERIAS VENCIDAS RESCISÃO) DA SECRETARIA DE TURISMO RELATIVO AO MÊS JANEIRO 2009. |
| 255 | 28/1/2009 | SECRETARIA DO BEM ESTAR E DA JUVENTUDE /FP | | 1.498,93 | 1.498,93 | 1.498,93 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FOLHA DE PAGAMENTO (FERIAS PROPORCIONAIS RESCISÃO E 1/3 FERIAS PROPORCIONAIS RESCISÃO) DA SECRETARIA DO BEM ESTAR E DA JUVENTUDE REFERENTE AO MÊS JANEIRO 2009. |
| 933 | 23/4/2009 | SERV.MERENDEIRAS PRE-ESCOLAR /FP | | 550,8 | 550,8 | 550,8 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE FERIAS PROP.RESCISÃO, 1/3 FERIAS PROP.RESCISÃO, MEDIA HORAS FERIAS PROP.RESCISÃO E VANTAGENS FERIAS PROP.RESCISÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO PROCESSADA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO/SERVENTES E MERENDEIRAS PRE ESCOLAR RELATIVO AO MÊS DE ABRIL/2009. |
| 601 | 3/3/2009 | SINESIO AUGUSTO DA COSTA / RESCISÃO | | 733,94 | 733,94 | 733,94 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE A RESCISAO DO CONTRATO DE TRABALHO DO FUNCIONARIO SINESIO AUGUSTO DA COSTA DA SECRETARIA DE OBRAS.CONFORME TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO EM ANEXO. |
| 1585 | 6/7/2009 | SONIA REGINA FELICIANO/RESCISÃO | | 1.040,83 | 1.040,83 | 1.040,83 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE A RESCISAO DO CONTRATO DE TRABALHO DA FUNCIONARIA SONIA REGINA FELICIANO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. CONFORME TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO EM ANEXO. |
| 1646 | 27/7/2009 | TEREZINHA FIRMINA FLORES DOS SANTOS/RESCISÃO | | 655,76 | 655,76 | 655,76 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE A RESCISAO DO CONTRATO DE TRABALHO DA FUNCIONARIA TEREZINHA FIRMINA FLORES DOS SANTOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. CONFORME TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO EM ANEXO. |

Sub-total: 180.257,72

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Governador Celso Ramos
Competência: 01/2009 à 06/2009
item: 3.1.90.94

| NE | Data Empenho | Credor | Nr. Licitação | Vi. Empenho (R\$) | Vi. Liquidado (R\$) | Vi. Pago (R\$) | Histórico |
|-----|--------------|---------------------------------------|---------------|-------------------|---------------------|----------------|--|
| 102 | 29/1/2009 | ETELVINA ODETE COSTA PONTES /RESCISÃO | | 4.032,51 | 4.032,51 | 4.032,51 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE AO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO (EXONERAÇÃO DE CARGO COMISSONADO) DA SERVIDORA ETELVINA ODETE COSTA PONTES. |

| | | | | | | | |
|------------|-----------|-------------------------------------|--|----------|----------|----------|---|
| <u>101</u> | 29/1/2009 | JORCELINO ALCINO MARQUES /RESCISÃO | | 1.214,80 | 1.214,80 | 1.214,80 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE AO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO (EXONERAÇÃO DE CARGO COMISSIONADO) DO SERVIDOR JORCELINO ALCINO MARQUES. |
| <u>208</u> | 26/2/2009 | SECRETARIA DE SAUDE PSF /FP | | 43,73 | 43,73 | 43,73 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE A 13º SALARIO INTEGRAL E VANTAGENS 13º SALARIO SOBRE FOLHA PROCESSADA DA SECRETARIA DE SAUDE PSF REF.O MES DE FEVEREIRO 2009. |
| <u>207</u> | 26/2/2009 | SECRETARIA DE SAUDE PSF /FP | | 1.754,86 | 1.754,86 | 1.754,86 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE A FERIAS PROPORCIONAIS RESCISÃO E FERIAS PROPORCIONAIS RESCISÃO SOBRE FOLHA PROCESSADA DA SECRETARIA DE SAUDE PSF REF.O MES DE FEVEREIRO 2009. |
| <u>573</u> | 25/5/2009 | SECRETARIA DE SAUDE-PACS -A ACTS-FP | | 2.664,40 | 2.664,40 | 2.664,40 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA REFERENTE A FERIAS PROPORCIONAIS RESCISÃO E FERIAS PROPORCIONAIS RESCISÃO SOBRE FOLHA PROCESSADA DA SECRETARIA DE SAUDE PACS-ACTS REF.O MES DE MAIO 2009. |

Sub-total: 9.710,30

Unidade Gestora: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos
Competência: 01/2009 à 06/2009
item: 3.1.90.94

| NE | Data Empenho | Credor | Nr. Licitação | VI. Empenho (R\$) | VI. Liquidado (R\$) | VI. Pago (R\$) | Histórico |
|------------|--------------|------------------------------------|---------------|-------------------|---------------------|----------------|--|
| <u>199</u> | 1/4/2009 | ALCIONE FLORES-RESCISÃO | | 1.752,27 | 1.752,27 | 1.752,27 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA COM VERBAS RESCISÓRIAS DO FUNCIONÁRIO DO SAMAE - PARTE TÉCNICA, NA FORMA DE DEMISSÃO OUTROS CASOS, CFE TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL EM ANEXO. |
| <u>13</u> | 5/1/2009 | ALISON CILIO MARQUES-RESCISAO | | 1.098,19 | 1.098,19 | 1.098,19 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA COM VERBAS RESCISÓRIA (FÉRIAS VENCIDAS) DO FUNCIONÁRIO DO SAMAE - PARTE TÉCNICA - ENCANADOR, NA FORMA DE DEMISSÃO OUTROS CASOS, CFE TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL EM ANEXO. |
| <u>142</u> | 5/3/2009 | ARILDO NATALÍCIO DE AVILA-RESCISÃO | | 1.793,92 | 1.793,92 | 1.793,92 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA COM VERBAS RESCISÓRIA DO FUNCIONÁRIO DO SAMAE - PARTE TÉCNICA - ENCANADOR, NA FORMA DE DEMISSÃO OUTROS CASOS, CFE TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL EM ANEXO. |
| <u>143</u> | 5/3/2009 | CLÓI ANÍSIO MONTEIRO-RESCISÃO | | 1.882,47 | 1.882,47 | 1.882,47 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA COM VERBAS RESCISÓRIA DO FUNCIONÁRIO DO SAMAE - PARTE TÉCNICA - ENCANADOR, NA FORMA DE DEMISSÃO OUTROS CASOS, CFE TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL EM ANEXO. |
| <u>14</u> | 5/1/2009 | EDILIO MACHADO-RESCISÃO | | 1.004,08 | 1.004,08 | 1.004,08 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA COM VERBAS RESCISÓRIA (FÉRIAS VENCIDAS) DO FUNCIONÁRIO DO SAMAE - PARTE TÉCNICA - ENCANADOR, NA FORMA DE DEMISSÃO OUTROS CASOS, CFE TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL EM ANEXO. |
| <u>198</u> | 1/4/2009 | EDUARDO ARLI GARCIA-RESCISÃO | | 554,37 | 554,37 | 554,37 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA COM VERBAS RESCISÓRIAS DO FUNCIONÁRIO DO SAMAE - PARTE ADMINISTRATIVA, NA FORMA DE DEMISSÃO OUTROS CASOS, CFE TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL EM ANEXO. |
| <u>282</u> | 26/5/2009 | HENRIQUE WALDEVI NO DA SILVA-FP | | 1.657,40 | 1.657,40 | 1.657,40 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA COM VERBS RESCISÓRIAS DO FUNCIONÁRIO DO SAMAE - PARTE TECNICA, NA FORMA DE DEMISSÃO POR MORTE, CFE TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL EM ANEXO. |

| | | | | | | | |
|------------|-----------|-----------------------------|--|----------|----------|----------|--|
| <u>12</u> | 5/1/2009 | PAULO MANOEL FERNANDES | | 1.079,48 | 1.079,48 | 1.079,48 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA COM VERBAS RESCISÓRIA (FÉRIAS VENCIDAS) DO FUNCIONÁRIO DO SAMAE - PARTE TÉCNICA - ENCANADOR, NA FORMA DE DEMISSÃO OUTROS CASOS, CFE TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL EM ANEXO. |
| <u>15</u> | 5/1/2009 | SAULO EDEGAR COSTA-RESCISÃO | | 970,95 | 970,95 | 970,95 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA COM VERBAS RESCISÓRIA (FÉRIAS VENCIDAS) DO FUNCIONÁRIO DO SAMAE - PARTE TÉCNICA - ENCANADOR, NA FORMA DE DEMISSÃO OUTROS CASOS, CFE TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL EM ANEXO. |
| <u>389</u> | 10/8/2009 | VALDEMIRO PEREIRA FILHO-FP | | 722,04 | 722,04 | 722,04 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA COM VERBAS RESCISÓRIAS DO FUNCIONÁRIO DO SAMAE, PARTE TECNICA, NA FORMA DE DEMISSÃO POR APOSENTADORIA, CFE TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL. |
| <u>390</u> | 10/8/2009 | ZAQUEU SILVA SOBRINHO-FP | | 994,69 | 994,69 | 994,69 | PELA DESPESA DE PESSOAL EMPENHADA COM VERBAS RESCISÓRIAS DO FUNCIONÁRIO DO SAMAE, PARTE TECNICA, NA FORMA DE DEMISSÃO POR APOSENTADORIA, CFE TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL. |

Sub-total: 13.509,86

Total: 203.477,88

ANEXO V

Restos a Pagar Cancelados EXCLUÍDOS do cálculo de MDE - Ensino Fundamental

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos

Competência:

01/2009 à 06/2009

Função: =12- 361

| Data de Emissão do Empenho | Número Empenho | Ano | Credor | Valor Processado (R\$) | Função | SubFunção | Especificação da Destinação | Motivo do Cancelamento |
|----------------------------|------------------|------|--|------------------------|--------|-----------|-----------------------------|---|
| 29/6/2007 | <u>2029/2007</u> | 2007 | INSS | 4.937,39 | 12 | 361 | 0 | DESPESA EMPENHADA E PAGA EM 2008 |
| 14/8/2007 | <u>2464/2007</u> | 2007 | PONTO DOS ESPORTES-GILMAR VIANA DE SOUZA | 210 | 12 | 361 | 18 | DESPESA EMPENHADA E PAGA EM 2008 |
| 24/7/2008 | <u>2549/2008</u> | 2008 | INSS | 92,31 | 12 | 361 | 0 | PARCELAMENTO ESPECIAL- MP457/09 LEI 11.960/09 |
| 17/9/2007 | <u>2796/2007</u> | 2007 | CENTRO ADVENTISTA DE TREINAMENTO E RECREACAO-CATRE | 1.920,00 | 12 | 361 | 7 | DESPESA EMPENHADA E PAGA EM 2008 |
| 28/8/2008 | <u>2978/2008</u> | 2008 | INSS | 36.328,32 | 12 | 361 | 19 | PARCELAMENTO ESPECIAL- MP457/09 LEI 11.960/09 |
| 25/9/2008 | <u>3278/2008</u> | 2008 | INSS | 36.104,47 | 12 | 361 | 0 | PARCELAMENTO ESPECIAL- MP457/09 LEI 11.960/09 |
| 29/10/2008 | <u>3593/2008</u> | 2008 | INSS | 36.251,78 | 12 | 361 | 0 | PARCELAMENTO ESPECIAL- MP457/09 LEI 11.960/09 |
| 27/11/2008 | <u>3843/2008</u> | 2008 | INSS | 36.112,75 | 12 | 361 | 0 | PARCELAMENTO ESPECIAL- MP457/09 LEI 11.960/09 |
| 15/12/2008 | <u>3931/2008</u> | 2008 | INSS | 34.821,66 | 12 | 361 | 0 | PARCELAMENTO ESPECIAL- MP457/09 LEI 11.960/09 |
| 18/12/2008 | <u>4035/2008</u> | 2008 | INSS | 26.996,58 | 12 | 361 | 0 | PARCELAMENTO ESPECIAL- MP457/09 LEI 11.960/09 |

Total: 213.775,26

ANEXO VI

Restos a Pagar Cancelados EXCLUÍDOS do cálculo de MDE - Educação Infantil

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos

Competência:

01/2009 à 06/2009

Função: =12-365

| Data de Emissão do Empenho | Número Empenho | Ano | Credor | Valor Processado (R\$) | Função | SubFunção | Especificação da Destinação | Motivo do Cancelamento |
|----------------------------|------------------|------|-----------------------------|------------------------|--------|-----------|-----------------------------|----------------------------------|
| 20/9/2007 | <u>2827/2007</u> | 2007 | POSTO TEXACO (WALMIR NUNES) | 22,86 | 12 | 365 | 0 | DESPEZA EMPENHADA E PAGA EM 2008 |
| 17/12/2007 | <u>3835/2007</u> | 2007 | POSTO TEXACO (WALMIR NUNES) | 10746,89 | 12 | 365 | 0 | DESPEZA EMPENHADA E PAGA EM 2008 |
| 17/12/2007 | <u>3836/2007</u> | 2007 | POSTO TEXACO (WALMIR NUNES) | 2787,48 | 12 | 365 | 0 | DESPEZA EMPENHADA E PAGA EM 2008 |

Total: R\$ 13.577,23

ANEXO VII

Restos a Pagar Cancelados EXCLUÍDOS do cálculo da Saúde – ASPS – Ações de Serviço Público da Saúde.

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos

Competência:

01/2009 à 06/2009

Função: =10- Saúde

| Data de Emissão do Empenho | Número Empenho | Ano | Credor | Valor Processado (R\$) | Função | SubFunção | Especificação da Destinação | Motivo do Cancelamento |
|----------------------------|------------------|------|--|------------------------|--------|-----------|-----------------------------|-------------------------------------|
| 20/2/2008 | <u>629/2008</u> | 2008 | BIGUACU- TRANSP.COLET., ADM. E PART. LTDA | 770,00 | 10 | 122 | 0 | DESPESA EMPENHADA E PAGA EM 2009 |
| 3/7/2007 | <u>2072/2007</u> | 2007 | PATRIK JOSE BALDANCA ME - MERCADO BALDANCA | 40,72 | 10 | 122 | 0 | DESPESA EMPENHADA E PAGA EM 2008 |

Total: 810,72

ANEXO VII

Despesas Classificadas Incorretamente na Fonte 18 (Aplicação na remuneração dos profissionais da educação- FUNDEB), sendo correta a classificação na Fonte 19 (Aplicação em outras despesas – FUNDEB)

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos
Competência: 01/2009 à 06/2009
Fonte Recurso: 18- Transf. do FUNDEF/FUNDEB - (aplic. remuneração dos prof.
Função: 12- Educação
Sub Função: 361- Ensino Fundamental

| NE | Data Empenho | Credor | Nr. Licitação | Vi. Empenho (R\$) | Vi. Liquidado (R\$) | Vi. Pago (R\$) | Histórico |
|----------------------|--------------|--|-------------------------|-------------------|---------------------|----------------|--|
| 2679 | 31/12/2009 | 14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A | | 9.483,96 | | | PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM VISTAS AO FORNECIMENTO DE TELEFONIA MOVEL PARA USO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CF PROCESSO LICITATORIO TP 31/2008 DE 10/06/2008 PARA O EXERCICIO EM CURSO. |
| 1139 | 11/5/2009 | BALDANÇA SUPERMERC ADOS LTDA ME | 29/2009 | 25.109,85 | 10.546,20 | 10.228,80 | PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E COPA E COZINHA REFERENTE AO PROCESSO LICITATORIO DE Nº 29/2009 DO DIA 11/05/2009.PARA USO DO ENSINO BASICO. |
| 2678 | 31/12/2009 | BIGUACU- TRANSP.COLET., ADM. E PART. LTDA | | 10.390,00 | 10.390,00 | | PELA DESPESA EMPENHADA A AQUISIÇÃO DE VALE TRANSPORTE PARA USO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.CFE. AF Nº934/2009. |
| 2262 | 27/10/2009 | BRASIL TELECOM S.A. | | 401,88 | 401,88 | 401,88 | PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE CONTA TELEFONICA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO(PAIC)FAZ. DA ARMAÇÃO.(ENSINO FUNDAMENTAL, SEC.DA EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL)(48)3262-7476. REFERENTE MÊS NOVEMBRO/2009. |
| 2364 | 4/11/2009 | BRASIL TELECOM S.A. | | 1.438,48 | 1.438,48 | 1.170,70 | PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE CONTA TELEFONICA DA ENSINO FUNDAMENTAL, SEC.DA EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL, REFERENTE MÊS -----/2009. |
| 2501 | 26/11/2009 | DELTACOMP COMERCIO E SERVIÇO DE INFORMATICA LTDA M | | 234,70 | | | PELA DESPESA EMPENHADA A AQUISIÇÃO DE 03 TECLADOS PS2 PRETO E UM FLYBACK PARA MONOTOR CRT 17" PARA O USO DOS PAIC'S 1,2 E 3 PROGRAMA AÇÃO INTEGRADA-EDUCAÇÃO CONTINUADA.CFE. AF Nº1074/2009. |
| 2498 | 26/11/2009 | DELTACOMP COMERCIO E SERVIÇO DE INFORMATICA LTDA M | | 25,00 | 25,00 | | PELA DESPESA EMPENHADA A AQUISIÇÃO DE UMA PLACA DE VIDEO PARA O COMPUTADOR DO C.E.I. ROBERTO MANOEL CALADO.CFE. AF Nº1071/2009. |
| 2497 | 26/11/2009 | DELTACOMP COMERCIO E SERVIÇO DE INFORMATICA LTDA M | | 75,00 | 75,00 | | PELA DESPESA EMPENHADA A AQUISIÇÃO DE FONTE DE ALIMENTAÇÃO E UM COOLER PARA O MICRO DA E.M. DALMA LUZ DE AZEVEDO.CFE. AF Nº1070/2009. |

| | | | | | | | |
|----------------------|------------|--|-------------------------|-----------|----------|----------|--|
| 2500 | 26/11/2009 | DELTACOMP COMERCIO E SERVIÇO DE INFORMATICA LTDA M | | 141,25 | 141,25 | | PELA DESPESA EMPENHADA A AQUISIÇÃO DE RECARGA DE CARTUCHO 56 PRETO, RECARGA DE CATUCHO 57 COLOR E UMA FONTE DE ALIMENTAÇÃO PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.CFE.AF Nº1073/2009. |
| 2499 | 26/11/2009 | DELTACOMP COMERCIO E SERVIÇO DE INFORMATICA LTDA M | | 303,30 | 303,30 | | PELA DESPESA EMPENHADA A AQUISIÇÃO DE UM PEN DRIVE 4 GB, UM PEN DRIVE 8GB, UM FILTRO ADSL E DOIS ESTABILIZADORES 300 VA PRETO PARA O USO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.CFE. AF Nº1072/2009. |
| 2389 | 18/11/2009 | DUSOM SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO LTDA-ME | | 1.700,00 | 1.700,00 | 51,00 | PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO E ESTRUTURA DE PALCO PARA O ENCERRAMENTO DO FESTIVAL CULTURA "QUERO-QUERO DANÇAR" NO GINÁSIO DE ESPORTES EM CALHEIROS NOS DIAS 20 E 21 DE NOVEMBRO DE 2009.CFE. AF Nº1067/2009. |
| 2502 | 26/11/2009 | ELO MOVEIS LTDA - ME - MONDEL MOVEIS | | 596,00 | 596,00 | | PELA DESPESA EMPENHADA A AQUISIÇÃO DE 04 CHAPAS DE MDF DE 25 MM NAS MEDIDAS 1,75 X 2,80 PARA USO DE C.E.I EUDES MAFRA.CFE.AF Nº1075/2009. |
| 1545 | 26/6/2009 | FLORIPRINT INDUSTRIA GRAFICA E ETIQUETAS LTDA | | 98,00 | 98,00 | 98,00 | PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A CONFECÇÃO DE CARTÃO DE VISITAS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.CEF AF 578/2009. |
| 1140 | 11/5/2009 | JAIR OLIVEIRA JUNIOR ME | 29/2009 | 11.447,80 | 7.474,15 | 6.320,10 | PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E COPA E COZINHA REFERENTE AO PROCESSO LICITATORIO DE Nº 29/2009 DO DIA 11/05/2009.PARA USO DO ENSINO BASICO. |
| 1881 | 24/8/2009 | JULIANE ROBERTA DE ANDRADE | | 511,50 | 511,50 | 511,50 | PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A BOLSA/ESTÁGIO ACIMA, CFE. TERMO DE COMPROMISSO FIRMADO ENTRE A PREFEITURA, LEI MUNICIPAL NR.432/2005 DE 15/04/2005. REF. O MÊS DE AGOSTO/2009. |
| 2099 | 24/9/2009 | JULIANE ROBERTA DE ANDRADE | | 697,00 | 697,00 | 697,00 | PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A BOLSA/ESTÁGIO ACIMA, CFE. TERMO DE COMPROMISSO FIRMADO ENTRE A PREFEITURA, LEI MUNICIPAL NR.432/2005 DE 15/04/2005. REF. O MÊS DE SETEMBRO/2009. |
| 2247 | 26/10/2009 | JULIANE ROBERTA DE ANDRADE | | 697,00 | 697,00 | 697,00 | PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A BOLSA/ESTÁGIO ACIMA, CFE. TERMO DE COMPROMISSO FIRMADO ENTRE A PREFEITURA, LEI MUNICIPAL NR.432/2005 DE 15/04/2005. REF. O MÊS DE OUTUBRO/2009. |
| 2393 | 23/11/2009 | JULIANE ROBERTA DE ANDRADE | | 697,00 | 697,00 | 697,00 | PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A BOLSA/ESTÁGIO ACIMA, CFE. TERMO DE COMPROMISSO FIRMADO ENTRE A PREFEITURA, LEI MUNICIPAL NR.432/2005 DE 15/04/2005. REF. O MÊS DE NOVEMBRO/2009. |

| | | | | | | | |
|----------------------|------------|--|-------------------------|----------|----------|----------|---|
| 2539 | 15/12/2009 | JULIANE ROBERTA DE ANDRADE | | 697,00 | 697,00 | 697,00 | PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A BOLSA/ESTÁGIO ACIMA, CFE. TERMO DE COMPROMISSO FIRMADO ENTRE A PREFEITURA, LEI MUNICIPAL NR.432/2005 DE 15/04/2005. REF. O MÊS DE NOVEMBRO/2009. |
| 313 | 30/1/2009 | M.COM - TELECOM.COM.E SERV.LTDA-ME | | 382,00 | 382,00 | 382,00 | PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE AQUISIÇÃO DE 01 DG 60 X 60 E 12 UND BLOCOS BARGOA COM GEL E SUPORTE PARA COSNERTO DA REDE TELEFÔNICA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. CONFORME AF Nº 62/2009. |
| 1847 | 21/8/2009 | METALURGICA G.R. LTDA. - ME | 71/2009 | 6.050,19 | 6.050,19 | 6.050,19 | PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO DE GRADES EM AÇO ZINCADO PARA PROTEÇÃO DOS LABORATORIOS DE INFORMATICA - PROINFO, DA ESCOLA ELVIRA SARDA DA SILVA CONFORME PROCESSO LICITATORIO Nº71/2009 DE 21/08/2009. |
| 1138 | 11/5/2009 | PATRIK JOSE BALDANCA ME - MERCADO BALDANCA | 29/2009 | 544,37 | 544,37 | 544,37 | PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E COPA E COZINHA REFERENTE AO PROCESSO LICITATORIO DE Nº 29/2009 DO DIA 11/05/2009.PARA USO DO ENSINO BASICO. |
| 1368 | 2/6/2009 | RDK E SERVIÇOS EM INFORMATICA LTDA - ME | 43/2009 | 796,00 | | | PELOS BENS MOVEIS REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ESCRITORIO PARA MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL.CONFORME PROCESSO LICITATORIO Nº43/2009 DO DIA 02/06/2009. |
| 1432 | 17/6/2009 | SEC. DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E FAZENDA | | 3.356,98 | 3.356,98 | 3.356,98 | PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A LICENCIAMENTO ANUAL DOS VEICULOS DE PLACA LYM 0277, MCX 3902, MCJ 8455, BYF 0346, MDZ 0470, MGS 7810, MDN 2641, MDM 4031 E MHQ 8742 DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CFE.COMUNICAÇÃO INTERNA 23/2009. |
| 1775 | 3/8/2009 | SEC. DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E FAZENDA | | 834,65 | 834,65 | 834,65 | PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A LICENCIAMENTO ANUAL DO VEICULO DE PLACA MHQ 8742 E BYF 0346 DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CFE.COMUNICAÇÃO INTERNA EM ANEXO. |
| 2524 | 8/12/2009 | UNIVALI UNIV.DO VALE DO ITAJAI | | 1.853,99 | 1.853,99 | 1.853,99 | PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A INCENTIVO FINANCEIRO DE 50% DA BOLSA DE ESTUDOS DOS FUNCIONARIOS DA SECRETARIA DE EDUCACAO(EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL) QUE FREQUENTAM CURSO SUPERIOR, DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO EM ANEXO.REF. MÊS OUTUBRO/2009. |

| | | | | | | | |
|----------------------|------------|---|--|----------|----------|----------|---|
| 2397 | 23/11/2009 | UNIVALI UNIV.DO VALE DO ITAJAI | | 3.691,17 | 3.691,17 | 3.691,17 | PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A INCENTIVO FINANCEIRO DE 50% DA BOLSA DE ESTUDOS DOS FUNCIONARIOS DA SECRETARIA DE EDUCACAO(ENSINO FUNDAMENTAL) QUE FREQUENTAM CURSO SUPERIOR, CONFORME C.I Nº 460/2009 DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO EM ANEXO. |
| 1864 | 24/8/2009 | VIDRACARIA E ESQUADRIA DE ALUMINIO SANTA FILOMENA | | 360,00 | 360,00 | 360,00 | PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE AQUISIÇÃO DE 01 VIDRO INCOLOR 10 MM MEDINDO 0,91 X 2,07 PARA A PORTA DO PAIC, DE AREIAS DE BAIXO. CFE. AF Nº785/2009. |

Total 82.614,07